



PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL SPI Nº 02/2025

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2025 PARA CONCESSÃO PATROCINADA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SOBRE TRILHOS DO TREM INTERCIDADES (TIC) EIXO OESTE, NO ESTADO DE SÃO PAULO.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
A - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO	2
B - COMUNICADO PRÉVIO	2
C – AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	2
D – CONSULTA PÚBLICA	3
E– LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	3
F – ANEXOS.....	3
H – DEFINIÇÕES	5
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	5
1. DO OBJETO	5
2. DA VIGÊNCIA E PRAZO	6
3. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	6
4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	6
5. VISITA TÉCNICA.....	8
6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA	9
CAPÍTULO II – DO REGULAMENTO DA LICITAÇÃO	10
7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	10
8. DO PROCEDIMENTO GERAL	14
9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA GARANTIA DE PROPOSTA, DA PROPOSTA COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	15
DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES.....	15
DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA POR LICITANTES ESTRANGEIRAS	20
10. ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO.....	21
11. ENVELOPE B – GARANTIA DE PROPOSTA.....	23
12. ENVELOPE C – PROPOSTA COMERCIAL	29
13. ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	31
A. HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	31
B. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	34
C. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	36
D. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	36
E. DECLARAÇÕES	40
14. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO	42
A. SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES.....	44
B. VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DAS GARANTIAS DE PROPOSTA	45
C. SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	45
D. CONSULTA A CADASTROS E SISTEMAS	47
E. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	47
F. PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO	48
15. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO	48
16. RECURSOS ADMINISTRATIVOS	48
17. CONTRATAÇÃO	49
18. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO.....	52
19. DAS PENALIDADES	53
20. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	54



PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

INTRODUÇÃO

O ESTADO DE SÃO PAULO, na qualidade de PODER CONCEDENTE, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, órgão da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo, sediada no Estado de São Paulo, no Município de São Paulo, neste ato representada pelo Senhor Secretário de Parcerias em Investimentos, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo Decreto nº 67.435, de 01 de janeiro de 2023, torna públicos, pelo presente EDITAL da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL SPI nº 02/2025, os critérios e as condições para seleção e contratação da CONCESSÃO PATROCINADA da prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos do TREM INTERCIDADES EIXO OESTE, no Estado de São Paulo, compreendendo implantação de obras civis e sistemas, operação, manutenção, conservação, melhorias, requalificação, adequação, modernização e expansão, nos termos do CONTRATO.

A LICITAÇÃO é aberta a LICITANTES nacionais ou estrangeiros, participando isoladamente ou reunidos em CONSÓRCIO, e o critério de julgamento será o de maior desconto percentual ofertado sobre (i) o VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1; a (ii) CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 MÁXIMA e (iii) o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM MÁXIMO, nos termos estabelecidos neste EDITAL, no CONTRATO e nos correspondentes ANEXOS.

O PRAZO DA CONCESSÃO será de 30 (trinta) anos, contados nos termos do CONTRATO.

A LICITAÇÃO terá início por meio da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES em [●]/[●]/202[●], das [●]h às [●]h, na B3, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, São Paulo/SP, será regida por este EDITAL e processada e julgada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO regularmente instituída, obedecidas as regras, trâmites e prazos estabelecidos neste EDITAL e no ato que a constituiu.

Os envelopes contendo a documentação necessária à participação na LICITAÇÃO deverão ser entregues pelos interessados em SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, de acordo com as regras deste EDITAL.

A SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS ocorrerá no dia [●]/[●]/202[●], a partir das [●]h, na B3, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, São Paulo/SP.

O EDITAL, o CONTRATO e seus ANEXOS, assim como outras informações técnicas necessárias à formulação da PROPOSTA COMERCIAL e os demais documentos relacionados ao certame, estarão disponíveis gratuitamente, no período de [●]/[●]/202[●] até a data de realização da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, por meio da Internet, localizado no sítio eletrônico <<https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tic-sorocaba/>>, e no DATA ROOM da CONCESSÃO.

Os documentos também poderão ser fornecidos aos interessados que comparecerem à Rua Iaiá, nº 126, 12º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, Núcleo de Apoio Administrativo, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, no mesmo período indicado, mediante a apresentação de mídia gravável ou dispositivo equivalente, necessários para cópia do arquivo, com

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

capacidade suficiente para que todos os arquivos possam ser digitalmente copiados. Informações complementares àquelas constantes do DATA ROOM também serão disponibilizadas na SALA DE DOCUMENTOS, cujo acesso será regido pelo regulamento constante do ANEXO IV deste EDITAL.

O PODER CONCEDENTE não se responsabiliza pelo texto ou conteúdo de EDITAL, CONTRATO, ANEXOS, ou documentos obtidos ou conhecidos de forma e local diversos daqueles indicados acima.

A - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

O Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - CGPPP autorizou o início dos estudos técnicos conduzidos pelo ESTADO na 37ª Reunião Conjunta Ordinária do CDPED e CGPPP, ocorrida em 28 de fevereiro de 2023. A SPI qualificou o projeto para o Programa de Parcerias em Investimento, do Estado de São Paulo PPI – SP, por meio da Resolução SPI nº 004, de 20 de março de 2023.

A CONCESSÃO foi definitivamente aprovada em [●] de [●] de 202[●], por meio de deliberação proferida no âmbito da [●]ª Reunião Ordinária do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), referente à [●]ª Reunião Conjunta Ordinária do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED), instituído por força da Lei Estadual nº 9.361, de 05/07/1996 e do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), instituído por força da Lei Estadual nº 11.688, de 19/05/2004, conforme ata da reunião publicada no DOE/SP, edição de [●] de [●] de 202[●].

Por meio do Decreto nº [●], de [●] de novembro de 202[●], foi autorizada a proposta de CONCESSÃO, bem como aprovado o seu regulamento, parâmetros mínimos para o certame e a delegação dos serviços públicos objeto deste EDITAL.

B - COMUNICADO PRÉVIO

O aviso de abertura desta CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL foi publicado no DOE/SP, edição de [●] de [●] de 202[●], nos jornais de grande circulação [●] e [●], nas respectivas edições de [●] de [●] de 202[●]. O aviso também foi publicado no jornal internacional [●] em [●] de [●] de 202[●]. Todo o conteúdo do EDITAL foi disponibilizado para acesso público irrestrito no endereço eletrônico do PPI-SP <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tic-sorocaba/>.

C – AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PODER CONCEDENTE realizou AUDIÊNCIA PÚBLICA nos dias [●] de [●] de 202[●], em formato presencial, com transmissão simultânea pela internet, em atendimento aos termos do artigo 21 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, bem como ao artigo 29 da Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, para apresentação do projeto à população e aos interessados, com acesso a todas as informações e esclarecimentos pertinentes, garantido o direito de manifestação.

O aviso da AUDIÊNCIA PÚBLICA foi divulgado no DOE/SP, edição de [●] de [●] de 202[●] e no sítio eletrônico do PPI-SP: <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tic-sorocaba/>.

D – CONSULTA PÚBLICA

As minutas de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS foram submetidas à CONSULTA PÚBLICA, tendo ficado disponíveis para acesso durante o período de [●] de [●] de [●] a [●] de [●] de 202[●], no DATA ROOM da CONCESSÃO, cujo acesso foi concedido mediante solicitação encaminhada para o e-mail pppticeixoeste@sp.gov.br.

O aviso da CONSULTA PÚBLICA foi divulgado no DOE/SP, edição do dia [●] de [●] de 202[●], além de divulgado no jornal de grande circulação Folha de São Paulo, em versão digital e impressa, do dia [●] de [●] de 202[●], assim como no sítio eletrônico: <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tic-sorocaba/>.

Durante o período da CONSULTA PÚBLICA, foram recebidas contribuições, dúvidas e sugestões às minutas disponibilizadas. Após a análise de todas as contribuições recebidas em sede de AUDIÊNCIA PÚBLICA e CONSULTA PÚBLICA, os ajustes necessários foram realizados e aqueles pertinentes foram inseridos nos documentos finais.

E – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente LICITAÇÃO é regida pelas regras constantes deste EDITAL, do CONTRATO e de seus ANEXOS, assim como pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, pela Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004, pelo Decreto Estadual nº 48.847, de 10 de agosto de 2004, pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei Estadual nº 17.612, de 19 de dezembro de 2022, e pela Lei Estadual nº 7.835, de 08 de maio de 1992, e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, a Lei Estadual nº 9.361, 05 de julho de 1996, além das demais normas que regem a matéria.

F – ANEXOS

São ANEXOS ao presente EDITAL os seguintes documentos:

ANEXOS		DESCRIÇÃO
I		MODELOS
	I.A	Modelo de Carta de Credenciamento ou Procuração
	I.B.1	Modelo de Carta de Fiança para Garantia de Proposta
	I.B.2	Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia
	I.C	Modelo de Termo de Ciência e Notificação
	I.D	Modelo de Declaração de Inexistência de Documento Equivalente
	I.E	Modelo de Declarações

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ANEXOS		DESCRIÇÃO
	I.F	Modelo de Pedido de Esclarecimento
	I.G	Modelo de Atendimento ao Decreto nº 66.819/22 – CADMADEIRA
	I.H	Modelo de Proposta Comercial
	I.I	Modelo de Declaração referente ao Cumprimento da Legislação Brasileira
	I.J	Atestado de Realização de Visita Técnica
	I.K	Declaração de Não Realização de Visita Técnica
	I.L	Modelo de Ratificação de Proposta Comercial
	I.M	Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência ou para Reabilitado da Previdência Social
	I.N	Modelo de Indicação de Representante de Visita Técnica
	I.O	Modelo de Compromisso de Contratação de PROFISSIONAL QUALIFICADO
II		MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3
III		MINUTA DE CONTRATO
IV		REGULAMENTO DA VISITA TÉCNICA E DA SALA DE DOCUMENTOS

São ANEXOS ao CONTRATO os seguintes documentos:

ANEXO		TÍTULO
I		INFRAESTRUTURA EXISTENTE E ÁREA DA CONCESSÃO
II		PLANO DE INVESTIMENTOS
	II.A	DIRETRIZES GERAIS MANDATÓRIAS PARA PROJETOS DE ENGENHARIA: EMPREENDIMENTOS, VIA PERMANENTE E REDE AÉREA
	II.B	INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS: EMPREENDIMENTOS, VIA PERMANENTE E REDE AÉREA
	II.C	DIRETRIZES PARA SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO, TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA
	II.D	PROJETOS, OBRAS CIVIS E SISTEMAS DE RESPONSABILIDADE DO PODER CONCEDENTE

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ANEXO		TÍTULO
	II.E	APOIO TÉCNICO, AUDITOR INDEPENDENTE, CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO E VERIFICADOR INDEPENDENTE
	II.F	DIRETRIZES BÁSICAS MANDATÓRIAS PARA MATERIAL RODANTE, VEÍCULOS AUXILIARES, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE MANUTENÇÃO
III		PLANO OPERACIONAL E DE MANUTENÇÃO
	III.A	DIRETRIZES OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO
	III.B	ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO
	III.C	DIRETRIZES MANDATÓRIAS DE CONVIVÊNCIA COM OS OPERADORES DE TRANSPORTE SOBRE TRILHOS
	III.D	INDICADORES DE DESEMPENHO
	III.E	REGULAMENTO DA CONCESSÃO
	III.F	CONDIÇÕES DE TRANSIÇÃO
IV		ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS
	IV.A	REQUISITOS GERAIS AMBIENTAIS E SOCIAIS E DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL
	IV.B	MAPEAMENTO DE PASSIVOS AMBIENTAIS, MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO E MEDIAÇÃO
V		PENALIDADES
VI		DIRETRIZES PARA EXERCÍCIO DAS PRERROGATIVAS DE FINANCIADORES
VII		GLOSSÁRIO ÚNICO PARA EDITAL E CONTRATO
VIII		CRONOGRAMAS E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, PLANO DE INVESTIMENTO, E REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA
	VIII.A	ANEXO VIII.A – CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA E APORTE (Planilha)
IX		MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL
X		SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM
XI		INSTRUMENTOS JURÍDICOS RELEVANTES
XII		RECEITAS ACESSÓRIAS

H – DEFINIÇÕES

Para todos os fins do EDITAL, CONTRATO e ANEXOS, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões utilizados e redigidos em caixa alta deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os significados atribuídos no ANEXO VII do CONTRATO – GLOSSÁRIO ÚNICO PARA EDITAL, CONTRATO E ANEXOS.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DO OBJETO

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 1.1. O objeto da presente LICITAÇÃO consiste na seleção da proposta mais vantajosa para a CONCESSÃO PATROCINADA da prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos do TREM INTERCIDADES EIXO OESTE, no Estado de São Paulo, compreendendo implantação de obras civis e sistemas, OPERAÇÃO, manutenção, conservação, melhorias, requalificação, adequação, modernização e expansão, nos termos do CONTRATO.
- 1.2. A especificação do objeto acima referido está detalhada no CONTRATO e ANEXOS.
- 1.3. A execução do objeto desta LICITAÇÃO deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável, do presente EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS, bem como da documentação apresentada pela ADJUDICATÁRIA.

2. DA VIGÊNCIA E PRAZO

- 2.1. O PRAZO DA CONCESSÃO será de 30 (trinta) anos, contados nos termos do CONTRATO.

3. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

- 3.1. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ 11.896.689 (onze bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, seiscentos e oitenta e nove reais), na DATA BASE, correspondente ao valor estimado do somatório dos INVESTIMENTOS a cargo da CONCESSIONÁRIA.
- 3.2. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO tem finalidade meramente referencial, não podendo ser invocado pela LICITANTE para quaisquer fins, tampouco tomado, por qualquer das PARTES ou pela ARTESP, como base para a realização de recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ou para qualquer outro fim que implique a utilização do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO como parâmetro para indenizações, ressarcimentos e afins.

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 4.1. Qualquer interessado poderá encaminhar, até o dia [●] de [●] de 2025, solicitação de esclarecimentos e informações sobre a LICITAÇÃO, observando que:
 - i. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados aos cuidados da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, redigidos na Língua Portuguesa do Brasil e poderão ser: (i) encaminhados ao endereço eletrônico pppticeixooeste@sp.gov.br ou (ii) protocolados na SPI, na Rua Iaiá, n.º 126, 12º andar, Itaim Bibi – São Paulo – SP, neste caso observado o horário limite previsto no item 4.3, acompanhados de mídia digital contendo o arquivo nos formatos Excel e/ou Word e PDF, em ambos os casos com as questões dispostas conforme modelo constante do ANEXO I.F;
 - ii. A(s) resposta(s) ao(s) questionamento(s) será(ão) divulgada(s) a todos os interessados no sítio eletrônico <https://www.parceriasinvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tic-sorocaba/>, sem identificação do responsável pela solicitação de esclarecimentos, nos termos da legislação aplicável, limitado ao dia [●] de [●] de 202[●], ou, se ocorrer alteração da data inicial, até o dia útil anterior a nova data fixada

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

para a sua realização;

- iii. Esclarecimentos, adendos ou comunicados passarão a fazer parte integrante deste EDITAL, desde que observado o requisito previsto no item 4.1.2, vinculando o PODER CONCEDENTE, a ARTESP, as LICITANTES e a CONCESSIONÁRIA, para todos os fins;
 - iv. Não havendo solicitações de esclarecimentos, presumir-se-á que as informações e os elementos disponibilizados neste EDITAL, na minuta do CONTRATO e em seus ANEXOS são suficientes para permitir a elaboração da PROPOSTA COMERCIAL e a apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e, conseqüentemente, para participação da LICITAÇÃO, não sendo admitidos questionamentos posteriores.
- 4.1.1 A critério da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, poderão ser publicadas respostas periódicas, seguindo as mesmas formalidades descritas no item 4.1.2, para os pedidos de esclarecimentos que sejam submetidos pelos interessados ao longo de todo o prazo que decorre desde a publicação deste EDITAL, até a data especificada no referido item 4.1, ii.
- 4.1.2 Somente serão considerados válidos, para fins da presente LICITAÇÃO, os esclarecimentos, adendos ou comunicados que sejam publicados no sítio eletrônico <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tic-sorocaba/>, em formato PDF, contendo assinatura de integrante da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.
- 4.2. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este EDITAL, devendo a impugnação ser apresentada seguindo a mesma forma de apresentação da solicitação de esclarecimentos descrita no item 4.1, i, deste EDITAL, até o dia [●] de [●]de 202[●], ou, se ocorrer alteração da data da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, em até 03 (três) dias úteis antes da nova data agendada para a respectiva realização, devendo a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, limitado ao dia útil anterior à nova data designada para a realização da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES.
- 4.2.1. Para atendimento da forma de apresentação indicada pelo item 4.2, não será exigida a observância de qualquer modelo formal.
- 4.2.2. Somente serão consideradas válidas, para fins da presente LICITAÇÃO, as respostas às impugnações publicadas conforme os requisitos constantes do item 4.2.
- 4.3. Todas as correspondências, pedidos de esclarecimentos, impugnações, ou quaisquer outros documentos relativos à LICITAÇÃO em meio físico, serão considerados entregues na data de seu recebimento pelo destinatário (considerando os dias úteis), exceto se a entrega se der após as 17h (dezessete horas, horário de Brasília).
- 4.3.1. No caso de correspondências eletrônicas, pedidos de esclarecimentos, impugnações, ou quaisquer outros documentos relativos à LICITAÇÃO enviados por meios eletrônicos, estes serão considerados entregues na data de envio pelo remetente, até às 23h59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do mesmo dia.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 4.3.2. As correspondências entregues após os horários indicados nos itens 4.3 e 4.3.1 serão consideradas entregues, para todos os efeitos, inclusive para a conferência de tempestividade, no dia útil imediatamente posterior.
- 4.4. Não serão respondidas questões que não digam respeito à presente LICITAÇÃO, ou que tenham sido formuladas de forma distinta da estabelecida no item 4.1, i.
- 4.5. O PODER CONCEDENTE poderá, por iniciativa própria, ou como consequência de respostas formuladas diante dos pedidos de esclarecimentos ou de impugnações, modificar o presente EDITAL a qualquer tempo, por meio de errata a ser publicada no DOE/SP, sem prejuízo da divulgação no sítio eletrônico <<https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br>>.
- 4.6. Caso a alteração no EDITAL afete a formulação da PROPOSTA COMERCIAL, nos termos do artigo 55, § 1º, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, o PODER CONCEDENTE modificará as datas de SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES previstas no preâmbulo do EDITAL observado o prazo mínimo legal do artigo 55, II, d da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, informando tal providência aos LICITANTES por meio de publicação no DOE/SP, sem prejuízo da divulgação no sítio eletrônico <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br>, ficando igualmente prorrogados os prazos de VISITA TÉCNICA, de impugnação e de solicitação de esclarecimentos.

5. VISITA TÉCNICA

- 5.1. Os interessados que pretenderem realizar VISITA TÉCNICA deverão encaminhar, até o dia [●] de [●] de 202[●], correspondência eletrônica ao e-mail pppticeixoeste@sp.gov.br com título “PPP TIC EIXO OESTE | Visita Técnica”, com o documento do modelo do ANEXO I.N preenchido, em formato PDF, indicando a qualificação dos representantes do interessado para a realização da VISITA TÉCNICA, acompanhada da comprovação dos poderes de representação, vínculo profissional ou contratual com os interessados.
- 5.2. A VISITA TÉCNICA tem como objetivo exclusivo o de permitir aos interessados a verificação *in loco* das condições, natureza, mensuração dos materiais, equipamentos necessários à execução do CONTRATO e verificação das condições da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, bem como obtenção dos demais subsídios técnicos que julgarem convenientes, de maneira que não caberá qualquer responsabilidade ao PODER CONCEDENTE em função da insuficiência dos dados levantados por ocasião da VISITA TÉCNICA ou em razão de sua não realização por opção da LICITANTE.
- 5.3. Serão mantidos em sigilo pelo PODER CONCEDENTE, até a data da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, a relação de interessados que realizarem a VISITA TÉCNICA, seus representantes indicados, a cópia da documentação indicada no item 5.1, bem como qualquer outra informação e/ou documento que permita a identificação das LICITANTES.
- 5.4. Recebida a correspondência eletrônica pelo PODER CONCEDENTE e preenchidos os requisitos necessários indicados neste EDITAL, será encaminhado e-mail ao interessado para agendamento de data e horário da VISITA TÉCNICA, que deverá ser acompanhada por membros do PODER CONCEDENTE.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 5.5. Poderão ser feitas tantas VISITAS TÉCNICAS quantas cada LICITANTE considerar necessárias, sempre acompanhadas por representantes do PODER CONCEDENTE quando em local com acesso restrito ao público.
- 5.5.1. Para tanto, os representantes indicados pelos interessados deverão apresentar-se no local, na data e hora a serem estabelecidos de acordo com o previsto neste EDITAL.
- 5.6. Durante a VISITA TÉCNICA, será permitida a participação de quantos representantes a interessada julgar necessários, desde que devidamente indicados no requerimento, respeitadas eventuais impossibilidades de ordem técnica, devidamente justificadas pelo PODER CONCEDENTE.
- 5.7. Competirá a cada interessada, quando da VISITA TÉCNICA, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações que julgar necessárias, não podendo ser solicitada dos representantes do PODER CONCEDENTE qualquer informação adicional ou esclarecimento. Quaisquer esclarecimentos deverão ser requeridos por escrito pelas interessadas ou LICITANTES, na forma e no prazo estabelecidos no item 4.1, i do EDITAL.
- 5.7.1. O transporte ao local da VISITA TÉCNICA correrá por conta de cada interessada.
- 5.8. Ao final da VISITA TÉCNICA, será fornecido à interessada o atestado de VISITA TÉCNICA, conforme o modelo constante do ANEXO I.J, que deverá fazer parte do ENVELOPE D.
- 5.9. A LICITANTE que decidir não realizar a VISITA TÉCNICA facultativa deverá apresentar, no interior do ENVELOPE D, declaração, conforme modelo constante no ANEXO I.K, afirmando possuir ciência de que tinha a possibilidade de fazer a VISITA TÉCNICA e tomar conhecimento da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a PROPOSTA COMERCIAL sem realizar a VISITA TÉCNICA que lhe havia sido facultada.
- 5.10. Para efeito de emissão do atestado de realização da VISITA TÉCNICA, caberá à LICITANTE requerer, expressamente, a indicação das localidades visitadas se assim o desejar.
- 5.10.1. A indicação das localidades visitadas não atenua a assunção dos riscos por parte da futura CONCESSIONÁRIA, tampouco poderá ser alegada como parâmetro para indenizações, ressarcimentos e afins.
- 5.11. Nos termos da legislação e regulamentação vigentes, além da VISITA TÉCNICA, os interessados poderão realizar vistorias técnicas, levantamentos e análises pertinentes, por sua conta e risco e às suas expensas, para conhecer devidamente as condições do objeto da CONCESSÃO, de modo a considerar todos os aspectos que sejam necessários para compor sua PROPOSTA COMERCIAL.
- 6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA**
- 6.1. O critério de julgamento da LICITAÇÃO é o de maior desconto percentual a ser aplicado linearmente e de forma igual sobre os três componentes a seguir: (i) o VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1; a (ii) CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 MÁXIMA

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

e (iii) o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM MÁXIMO, na forma do disposto no art. 12, II, a, da Lei Federal nº 11.079/2004.

- 6.1.1. A LICITANTE deverá elaborar a PROPOSTA COMERCIAL de acordo com o modelo previsto no ANEXO I.H, a qual deverá conter um único percentual, composto por até 2 (duas) casas decimais, podendo variar de 0% (zero) a 100% (cem por cento), que incidirá sobre todos os preços que compõem o VALOR PRESENTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 1, calculada nos termos do ANEXO VIII.A do CONTRATO; a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA 2 MÁXIMA de R\$ [●] ([●]); e o PREÇO UNITÁRIO CARRO KM MÁXIMO de R\$ [●] ([●]).
- 6.2. Para a elaboração de suas PROPOSTAS COMERCIAIS e para a realização de lances, as LICITANTES deverão considerar que, em contrapartida à delegação do objeto contratual da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento: (i) da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA; (ii) do APORTE; (iii) RECEITA TARIFÁRIA e (iv) eventuais receitas acessórias provenientes da exploração de atividades ancilares, projetos associados ou negócios públicos devidamente autorizados pelo PODER CONCEDENTE.
- 6.3. A CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer tarifa de remuneração ou subsídio adicional a ser pago pelo PODER CONCEDENTE.
- 6.4. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados relacionados à CONCESSÃO, incluindo sua exploração, disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de servir como referencial para os cálculos que apontaram a viabilidade econômico-financeira da CONCESSÃO, não apresentando, perante as potenciais LICITANTES ou futura CONCESSIONÁRIA, qualquer caráter vinculativo, ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do CONCEDENTE.

CAPÍTULO II – DO REGULAMENTO DA LICITAÇÃO

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar da LICITAÇÃO sociedades e demais pessoas jurídicas, entidades brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em CONSÓRCIO, cuja natureza e objeto sejam compatíveis com sua participação na LICITAÇÃO, desde que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL.
- 7.2. As LICITANTES poderão, a seu critério, celebrar contrato de intermediação com PARTICIPANTE CREDENCIADA, devendo tal contratação, caso seja a opção das LICITANTES, ser feita nos termos do ANEXO II.
 - 7.2.1. Caso a LICITANTE não opte pela contratação de PARTICIPANTE CREDENCIADA, a representação da LICITANTE junto à B3 será realizada por meio dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS constituídos pela LICITANTE.
- 7.3. Não poderão participar da LICITAÇÃO, isoladamente ou em CONSÓRCIO, interessadas:

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- i. Que se encontrem em cumprimento de pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo, decorrente do artigo 156, inciso III, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;
- ii. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer ente federativo, conforme previsto no artigo 156, inciso IV, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;
- iii. Que tenham sido condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- iv. Cuja falência haja sido decretada;
- v. Que tenham registro de sanção, com efeito impeditivo de participação desta LICITAÇÃO ou da contratação, nos cadastros a que se referem o artigo 22, da Lei Federal nº 12.846/2013 e o artigo 5º, do Decreto Estadual nº 60.106/2014;
- vi. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE de participar de licitações promovidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
- vii. Que estejam proibidas de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998, alterada pela Lei nº 14.230/2021;
- viii. Que tenham sido proibidas de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992;
- ix. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- x. Que tenham sido impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por desobediência à Lei Federal nº 12.527/2011, nos termos de seu artigo 33, incisos IV e V, e do artigo 62, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 68.155/2023;
- xi. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS, concorrendo entre si; ou
- xii. Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do EDITAL, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

- 7.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da LICITAÇÃO, pessoa que tenha sido, nos últimos 6 (seis) meses contados da data da publicação do EDITAL, agente público do órgão/entidade contratante/responsável pela LICITAÇÃO, e não poderá participar, direta ou indiretamente, da execução do CONTRATO, pela CONCESSIONÁRIA, servidor ou dirigente do órgão/entidade responsável pela gestão ou acompanhamento do CONTRATO, que tenha, nos 06 (seis) meses anteriores, atuado de qualquer forma em atos de gestão, execução ou tomada de decisões no CONTRATO, nos termos do artigo 9º, §§ 1º e 2º, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.
- 7.4.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 7.4, a existência de quaisquer documentos que demonstrem que a pessoa neles mencionada figura como representante legal, dirigente, gerente, sócio, controlador ou responsável técnico, ou que tenha quaisquer vínculos de natureza jurídica, técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou empresarial com a LICITANTE ou qualquer empresa do GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE; e
- 7.4.2. Consideram-se órgão/entidade contratante/responsável pela LICITAÇÃO, pela gestão e acompanhamento do CONTRATO, para os fins do item 7.4, o PODER CONCEDENTE, a Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, a ARTESP, a Companhia Paulista de Parcerias – CPP e pessoas físicas ou jurídicas que tenham atuado de forma direta na formulação dos documentos da LICITAÇÃO.
- 7.5. As sociedades ou entidades estrangeiras que não funcionam no Brasil deverão atender, tanto quanto possível, às exigências dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, mediante apresentação de documentos equivalentes, autenticados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem e traduzidos por tradutor juramentado, e deverão ter representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.
- 7.5.1. As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal n. 8.660/2016, poderão substituir a autenticação pelo consulado referida no item 7.5 pela aposição da apostila de que tratam os artigos 3º e 4º da referida Convenção, sendo que a documentação e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado.
- 7.5.2. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO equivalentes aos solicitados neste EDITAL devem ser apresentados de forma a possibilitar a clara identificação da sua validade, exigibilidade e eficácia, devendo a LICITANTE indicar a que item do EDITAL o documento corresponde.
- 7.5.3. Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste EDITAL, deverá ser apresentada, por parte da LICITANTE, declaração informando tal fato, conforme o ANEXO I.D., podendo, conforme o caso, tecer comentários sobre a razão de sua inexistência ou sua equivalência em outro documento já exigido no EDITAL.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 7.5.4. As LICITANTES estarão dispensadas da apresentação de tradução juramentada da documentação nos casos em que os documentos, mesmo redigidos no exterior, tiverem sido produzidos na língua portuguesa, ainda que em formato bicolunado, com outro idioma ao lado.
- 7.5.5. Na hipótese do item 7.5.1, a apostila apenas poderá ser dispensada caso se trate de documento original, sendo necessária na eventualidade de haver aposição das credenciais do notário ou agente responsável pelo reconhecimento de firma.
- 7.6. As sociedades ou entidades estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar declaração de que, para participar da presente LICITAÇÃO, submeter-se-ão à legislação da República Federativa do Brasil, inclusive às disposições do parágrafo único do artigo 70, parágrafo único, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, conforme modelo constante do ANEXO I.I.
- 7.7. As LICITANTES são responsáveis pela análise das condições do objeto da LICITAÇÃO e de todos os dados e informações sobre a CONCESSÃO, bem como pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à LICITAÇÃO e à CONCESSÃO, devendo arcar com seus respectivos custos e despesas.
- 7.8. Não será permitida a participação de sociedade e/ou entidade em mais de um CONSÓRCIO, ou isoladamente e como integrante de CONSÓRCIO.
- 7.8.1. A restrição prevista no item 7.8 se aplica, também, às pessoas jurídicas integrantes do mesmo GRUPO ECONÔMICO da LICITANTE, ou seja, não poderá ocorrer a participação de empresa de mesmo GRUPO ECONÔMICO em PROPOSTAS COMERCIAIS diferentes.
- 7.9. Em se tratando de CONSÓRCIO, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no EDITAL e na legislação pertinente:
- 7.9.1. A desclassificação da PROPOSTA, ou a inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do CONSÓRCIO;
- 7.9.2. Não há limite máximo de número de participantes para constituição do CONSÓRCIO;
- 7.9.3. Não será admitida a inclusão, substituição, ou exclusão de qualquer consorciado, tampouco a alteração na proporção de participação das consorciadas, ou, ainda, a substituição da empresa líder, até a assinatura do CONTRATO, momento a partir do qual deverão ser observadas as regras contratuais para qualquer alteração na composição societária da CONCESSIONÁRIA;
- 7.9.4. Os consorciados serão solidariamente responsáveis pelos atos praticados pelo CONSÓRCIO nesta LICITAÇÃO até a assinatura do CONTRATO; e
- 7.9.5. O CONSÓRCIO poderá ser formado por sociedades e entidades estrangeiras, sem a participação necessária de entes nacionais.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

7.10. A participação nesta LICITAÇÃO implicará a integral e incondicional aceitação de todos os termos, condições e disposições deste EDITAL, da minuta do CONTRATO e de seus respectivos ANEXOS, bem como de demais disposições aplicáveis à LICITAÇÃO, não podendo ser invocado qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da PROPOSTA COMERCIAL ou do integral cumprimento do CONTRATO.

8. DO PROCEDIMENTO GERAL

8.1. Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua conta e risco, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para embasar a apresentação de sua PROPOSTA COMERCIAL.

8.2. As divergências que venham a existir relativamente à aplicação do EDITAL, para fins da interpretação de normas pertinentes ao procedimento da LICITAÇÃO, resolver-se-ão de acordo com as disposições contidas nos documentos mencionados abaixo, na seguinte ordem de prevalência:

- i. EDITAL;
- ii. CONTRATO;
- iii. ANEXOS, nos termos da ordem indicada na cláusula 76 do CONTRATO; e
- iv. ANEXO II – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

8.2.1. Constatada divergência entre o documento no idioma original e a sua respectiva tradução, prevalecerá o texto original.

8.3. A LICITAÇÃO será processada e julgada conforme art. 17 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, analisando-se inicialmente os documentos de CREDENCIAMENTO e a GARANTIA DE PROPOSTA, seguida da abertura da PROPOSTA COMERCIAL das LICITANTES que tiverem aceita a sua GARANTIA DE PROPOSTA, classificando-se as PROPOSTAS COMERCIAIS, procedendo-se à fase de lances, se houver, e analisando-se os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE que houver ofertado a melhor PROPOSTA COMERCIAL, nos termos deste EDITAL.

8.4. A LICITAÇÃO regida por este EDITAL será dividida em oito etapas: A) SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e CREDENCIAMENTO dos LICITANTES; B) verificação da regularidade das GARANTIAS DE PROPOSTA; C) SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS; D) consulta a cadastros e sistemas; E) verificação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE mais bem classificada; F) publicação do RESULTADO PRELIMINAR da LICITAÇÃO, conforme item 14; G) publicação do RESULTADO DEFINITIVO da LICITAÇÃO; e H) HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO da LICITAÇÃO.

8.5. A LICITAÇÃO será processada e julgada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, com apoio da B3, conforme disposições do ANEXO II, para auxílio na condução da LICITAÇÃO e realização de atividades correlatas, observado o disposto nos itens deste EDITAL.

8.6. Na fase de classificação, as PROPOSTAS COMERCIAIS serão classificadas observando-se o critério

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

definido neste EDITAL.

- 8.7. A fase de habilitação consistirá na análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE melhor classificada para verificação do atendimento das condições fixadas no EDITAL.
- 8.8. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO poderá, em qualquer fase da LICITAÇÃO, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo, ainda:
- 8.8.1. Solicitar às LICITANTES, a qualquer momento, esclarecimentos sobre o CREDENCIAMENTO, GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA COMERCIAL, fase de lances e/ou os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apresentados, admitindo-se o saneamento de falhas de caráter formal ou material ou a complementação de insuficiências, as quais deverão ser sanadas no prazo fixado pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, sob pena de desclassificação da PROPOSTA COMERCIAL ou inabilitação da LICITANTE.
- 8.8.2. Prorrogar os prazos de que trata o EDITAL, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às LICITANTES direito à indenização ou reembolso de custos e despesas, a qualquer título.
- 8.9. As diligências promovidas pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO não poderão resultar na criação de exigência que não esteja prevista no EDITAL, na forma do artigo 64 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.
- 8.10. Em observância ao princípio da instrumentalidade das formas e de maneira a ampliar a competição do certame, erros ou inconformidades não prejudicarão a classificação ou habilitação de nenhuma LICITANTE, caso possam ser superados de modo eficaz pelas providências previstas no item 8.8.
- 8.10.1. Na forma do artigo 64, § 1º, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, erros materiais irrelevantes poderão ser saneados mediante ato motivado da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, quando não for necessária a promoção das diligências a que alude o item 8.8.
- 8.11. Durante todo o procedimento os consultores da B3 poderão prestar auxílio na medida em que forem solicitados pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.
- 9. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, DA GARANTIA DE PROPOSTA, DA PROPOSTA COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 9.1. Os documentos de CREDENCIAMENTO, GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA COMERCIAL e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos nesta LICITAÇÃO deverão ser apresentados em 04 (quatro) ENVELOPES distintos, opacos, lacrados e inviolados, rubricados no fecho, com identificação conforme a seguir.

DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO:

ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

Edital da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2025 – Concessão da prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos do TREM INTERCIDADES EIXO OESTE, no Estado de São Paulo, compreendendo a implantação de obras civis e sistemas, operação, manutenção, conservação, melhorias, requalificação, adequação, modernização e expansão, nos termos do CONTRATO.

[RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, NESTE CASO, INDICANDO A EMPRESA LÍDER]

Endereço:

Telefone:

E-mail:

[RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, CASO CONTRATADA]

ENVELOPE B – GARANTIA DE PROPOSTA:

ENVELOPE B – GARANTIA DE PROPOSTA

Edital da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2025 – Concessão da prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos do TREM INTERCIDADES EIXO OESTE, no Estado de São Paulo, compreendendo a implantação de obras civis e sistemas, OPERAÇÃO, manutenção, conservação, melhorias, requalificação, adequação, modernização e expansão, nos termos do CONTRATO.

[RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, NESTE CASO, INDICANDO A EMPRESA LÍDER]

Endereço:

Telefone:

E-mail:

[RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, CASO CONTRATADA]

ENVELOPE C – PROPOSTA COMERCIAL:

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ENVELOPE C – PROPOSTA COMERCIAL

Edital da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2025 – Concessão da prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos do TREM INTERCIDADES EIXO OESTE, no Estado de São Paulo, compreendendo a implantação de obras civis e sistemas, OPERAÇÃO, manutenção, conservação, melhorias, requalificação, adequação, modernização e expansão, nos termos do CONTRATO.

[RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, NESTE CASO, INDICANDO A EMPRESA LÍDER]

Endereço:

Telefone:

E-mail:

[RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, CASO CONTRATADA]

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Edital da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 02/2025 – Concessão da prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos do TREM INTERCIDADES EIXO OESTE, no Estado de São Paulo, compreendendo a implantação de obras civis e sistemas, OPERAÇÃO, manutenção, conservação, melhorias, requalificação, adequação, modernização e expansão, nos termos do CONTRATO.

[RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO – NESTE CASO, INDICANDO A EMPRESA LÍDER]

Endereço:

Telefone:

E-mail:

[RAZÃO SOCIAL DA PARTICIPANTE CREDENCIADA, CASO CONTRATADA]

- 9.2. Todos os ENVELOPES que forem apresentados na LICITAÇÃO, bem como o conteúdo destes, após a sua abertura nas SESSÕES PÚBLICAS, poderão ser rubricados pelos REPRESENTANTES CREDENCIADOS das LICITANTES que, presentes à sessão, assim o desejarem.
- 9.3. Somente serão aceitos ENVELOPES entregues diretamente à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO na SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, não sendo admitido o envio pelo correio ou por qualquer outra forma de entrega.
 - 9.3.1. A B3 ficará responsável pela guarda dos ENVELOPES até a data das respectivas aberturas nos termos deste EDITAL e do ANEXO II.
- 9.4. O ato de recebimento e abertura dos ENVELOPES poderá ser presenciado por qualquer pessoa. Entretanto, somente poderão praticar quaisquer atos relativos às SESSÕES PÚBLICAS os representantes das LICITANTES que tenham sido devidamente credenciados nos termos deste EDITAL, sendo vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas.
- 9.5. O conteúdo de cada um dos 4 (quatro) ENVELOPES deverá ser apresentado em 1 (uma) via física acompanhada de cópia fiel, em meio magnético, em arquivos PDF (Adobe Acrobat).
 - 9.5.1. A apresentação em meio magnético indicada no item anterior deverá corresponder a um pen-drive específico para a documentação de cada ENVELOPE, contemplando todos os eventuais volumes que ele contenha, e integrará o conteúdo do respectivo ENVELOPE.
 - 9.5.2. Os pen-drives deverão estar etiquetados com a identificação da LICITANTE e explicitação de seu conteúdo.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 9.5.3. É facultativa a apresentação de termo de abertura, índice e termo de encerramento, bem como a numeração e rubrica das folhas constantes em cada um dos 4 (quatro) ENVELOPES.
- 9.5.4. No caso de divergência entre os documentos impressos e os gravados em meio magnético, prevalecerão os documentos impressos.
- 9.6. Todos os documentos e certidões que forem apresentados nesta LICITAÇÃO deverão ser apresentados dentro de seus respectivos prazos de validade.
- 9.6.1. Qualquer documento apresentado fora do prazo de validade será considerado não entregue, arcando a LICITANTE com as consequências da ausência da documentação.
- 9.6.2. Salvo nos casos de documentos que não sejam passíveis de renovação periódica, quando cabível, os documentos que não tiverem prazo definido em seu próprio corpo, em lei ou neste EDITAL, serão considerados válidos se expedidos em até 180 (cento e oitenta) dias de antecedência à data da efetiva entrega dos ENVELOPES.
- 9.7. Todos os documentos que contiverem valores expressos em moeda estrangeira, quando assim não vedado pelo EDITAL, terão os valores convertidos em moeda nacional (R\$), mediante a aplicação da taxa de câmbio (PTAX) para venda publicada pelo Banco Central do Brasil, no dia imediatamente anterior à data de publicação do EDITAL.
- 9.8. É recomendável a utilização dos modelos constantes deste EDITAL, para efeito de padronização.
- 9.9. A ausência de quaisquer declarações exigidas da LICITANTE neste EDITAL poderá ser suprida por declaração formal e escrita da LICITANTE, de igual teor, entregue nas própria SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, sendo expressamente registrada em ata, ou em diligência efetuada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, conforme o item 8.8 deste EDITAL.
- 9.10. Os documentos de CREDENCIAMENTO, GARANTIA DE PROPOSTA, PROPOSTA COMERCIAL, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e os demais documentos exigidos e apresentados nesta LICITAÇÃO deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, borrões, rasuras ou entrelinhas.
- 9.10.1. Na hipótese de divergência entre números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.
- 9.11. Quando se tratar de documento consistente em cópia de Diário Oficial ou jornal, este deverá ser impresso de modo a permitir a sua leitura e a identificação da data, caderno e página da edição em que for publicado.
- 9.12. As SESSÕES PÚBLICAS deverão ser gravadas em áudio e vídeo, delas lavrando-se ata ao final, e as gravações serão juntadas aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento, na forma dos §§ 2º e 5º do artigo 17 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 9.12.1. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO poderá, a seu exclusivo critério, encerrar as SESSÕES PÚBLICAS após o recebimento e/ou abertura de ENVELOPES, promovendo a análise do CREDENCIAMENTO, das GARANTIAS DA PROPOSTA, das PROPOSTAS COMERCIAIS e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO nas próprias SESSÕES PÚBLICAS ou em momento posterior, podendo se valer de assessoria técnica para tanto.
- 9.12.2. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO sempre tomará suas decisões de maneira fundamentada e por escrito, acostando aos autos do processo licitatório a respectiva decisão e seus fundamentos.
- 9.12.3. Os ENVELOPES não abertos poderão ser retirados pelos interessados no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO e, caso não sejam retirados nesse prazo, serão inutilizados, independentemente de qualquer aviso ou notificação.
- 9.13. A troca do conteúdo de quaisquer dos ENVELOPES implicará a desclassificação da LICITANTE.
- 9.14. É dispensada a apresentação de cópias de documentos que já tenham sido apresentados, observada a ordem de abertura dos envelopes.
- 9.15. É dispensada a autenticação de documentos desde que disponha de meios de meios hábeis e admitidos pela legislação vigente que permitam a apuração de sua autenticidade perante a entidade emissora do documento.
- 9.16. Serão admitidas serão aceitas assinaturas eletrônicas nos documentos a serem apresentados nos ENVELOPES, desde que sua autenticidade seja passível de verificação por meio da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira - ICP-Brasil, instituída pela Medida Provisória nº 2.200/2001

DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA POR LICITANTES ESTRANGEIRAS

- 9.17. As LICITANTES estrangeiras que não possuam autorização para funcionar no Brasil deverão, para participar da LICITAÇÃO, ser representadas por pessoa legalmente credenciada e domiciliada no Brasil, com poderes expressos, outorgados mediante instrumento público ou particular, com firma reconhecida como verdadeira por notário ou outra entidade, de acordo com a legislação aplicável aos documentos, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no Brasil, bem como para representá-la em todas as fases do processo, condições essas que deverão estar expressamente indicadas nos documentos apresentados no CREDENCIAMENTO, nos termos da legislação aplicável.
- 9.18. Os documentos das LICITANTES estrangeiras serão apresentados da seguinte forma:
- i. As PROPOSTAS COMERCIAIS, bem como todas as correspondências, informações e comunicações relativas aos procedimentos da LICITAÇÃO, deverão estar redigidas na Língua Portuguesa do Brasil, idioma oficial desta LICITAÇÃO, e ter os valores expressos em moeda nacional (R\$). Toda a documentação apresentada por LICITANTES estrangeiras deverá ser compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- ii. Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas deverão ser certificados pelo notário público do País de origem, autenticados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem ou, na hipótese do item 7.5.1, devidamente apostilados, e acompanhados da respectiva tradução para a Língua Portuguesa do Brasil realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil, salvo quando se tratar de catálogos, publicações, manuais, informes técnicos e similares.
 - iii. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de origem estrangeira apresentados em outras línguas não acompanhados da respectiva tradução juramentada para a Língua Portuguesa do Brasil não serão considerados para efeitos de avaliação e julgamento.
- 9.18.1. Suscitada, por quaisquer LICITANTES, divergência material entre documento no idioma original e sua tradução, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO poderá proceder às diligências necessárias à aferição do efetivo teor do documento, sendo desclassificada a LICITANTE que, comprovadamente, houver apresentado tradução divergente a fim de dela se beneficiar, sem prejuízo da execução da GARANTIA DE PROPOSTA e aplicação das sanções cíveis, penais e administrativas competentes.
- 9.18.2. Constatada divergência entre documento no idioma original e a tradução, identificada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO mediante diligências ou mediante apreciação de eventual recurso, prevalecerá o texto original.

10. ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

10.1. Para o credenciamento dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS das LICITANTES junto à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO deverão ser apresentados dentro do ENVELOPE A os seguintes documentos:

- i. Carta de credenciamento ou procuração, conforme ANEXO I.A;
- ii. Cópia do documento de identificação e a comprovação de sua condição de representante legal, que será feita por meio da apresentação de:
 - a. contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, no caso de sociedades simples e limitadas; ou
 - b. estatuto social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, no caso de sociedades anônimas, acompanhado:
 - 1. da ata de assembleia de sócios que elegeu a diretoria em exercício, devidamente registrada na junta comercial, no caso de sociedades que não tenham conselho de administração;
 - 2. da ata de reunião do conselho de administração que elegeu a diretoria em exercício, devidamente registrada na junta comercial,

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

no caso de sociedades que tenham conselho de administração, juntamente com a ata de assembleia de sócios de eleição do conselho de administração que elegeu a diretoria em exercício, devidamente registrada na junta comercial.

- c. no caso de fundos de investimento, os documentos indicados no item 13.5.4, incisos i a viii;
 - iii. em se tratando de CONSÓRCIO, a representação será pela sociedade líder, devendo acompanhar o contrato social, estatuto social ou documento equivalente das consorciadas e as procurações por elas conferidas à sociedade líder, ou o instrumento de consórcio, caso a outorga de poderes seja feita por intermédio de referido instrumento;
 - iv. no caso de representação por procurador, instrumento de procuração que comprove a outorga de poderes para praticar todos os atos referentes ao certame, inclusive interposição e desistência de recurso, acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) outorgante(s) para: (i) praticar, em nome da LICITANTE, todos os atos referentes à LICITAÇÃO; (ii) receber citação e representar a LICITANTE administrativa e judicialmente; e (iii) fazer acordos e renunciar a direitos. No caso de CONSÓRCIO, a procuração deverá ser outorgada pela sociedade líder e será acompanhada de procurações das consorciadas à sociedade líder, ou pelo instrumento de consórcio, caso a outorga de poderes seja feita por intermédio de referido instrumento;
 - v. no caso de empresa estrangeira, procuração ao representante legal no Brasil, contendo, inclusive, poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, acompanhada de documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) outorgante(s) para: (i) praticar, em nome da LICITANTE, todos os atos referentes à LICITAÇÃO; (ii) receber citação e representar a LICITANTE administrativa e judicialmente; e (iii) fazer acordos e renunciar a direitos.
- 10.2. Cada LICITANTE poderá ter até 2 (dois) REPRESENTANTES CREDENCIADOS, a quem compete a representação, manifestação e o acompanhamento de todos os atos das SESSÕES PÚBLICAS que ocorrerem no curso do procedimento licitatório.
- 10.3. Cada PARTICIPANTE CREDENCIADA somente poderá exercer a representação de uma única LICITANTE e cada LICITANTE somente poderá estar representada e participar da LICITAÇÃO por meio de uma única PARTICIPANTE CREDENCIADA.
- 10.4. Cada REPRESENTANTE CREDENCIADO somente poderá exercer a representação de uma única LICITANTE.
- 10.5. O CREDENCIAMENTO servirá para a representação das LICITANTES na SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES e em todos os demais atos desta LICITAÇÃO, incluindo a assinatura dos documentos e declarações exigidas no presente EDITAL.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 10.6. A LICITANTE que não cumprir os requisitos para o CREDENCIAMENTO de seu representante estará impedida de se manifestar durante as SESSÕES PÚBLICAS que ocorrerem no curso do procedimento licitatório, não havendo, contudo, qualquer impedimento à participação da LICITANTE no processo de LICITAÇÃO.
- 10.6.1. Em qualquer SESSÃO PÚBLICA e a qualquer momento, as LICITANTES poderão credenciar representantes, observada a limitação quantitativa e os demais documentos acima indicados, bem como substituir ou revogar CREDENCIAMENTO já realizado em outra sessão.
- 10.6.2. Tanto o credenciamento de novo representante como a substituição ou revogação de representantes serão registrados na respectiva ata da SESSÃO PÚBLICA em que ocorridos.
- 10.6.3. O procedimento de substituição e/ou de credenciamento de novos representantes consistirá em:
- i. manifestação, por PARTICIPANTE CREDENCIADA ou por REPRESENTANTE CREDENCIADO da LICITANTE, ou por representante legal da LICITANTE, da intenção de revogar e/ou substituir credenciamentos realizados e/ou indicação de novos representantes; e
 - ii. apresentação da documentação exigida no item 10.1.
- 10.7. O credenciamento de representante da LICITANTE não constitui condição para a entrega dos envelopes.
- 10.8. No interior do ENVELOPE A também deverão constar os documentos associados à contratação da PARTICIPANTE CREDENCIADA, caso a LICITANTE tenha contratado.
- 10.8.1. Na hipótese do item 10.8, a PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá representar a LICITANTE junto à B3.
- 10.8.2. Os documentos da PARTICIPANTE CREDENCIADA deverão ser apresentados conforme disposto no ANEXO II.
- 10.9. Toda a comunicação entre, de um lado, o PODER CONCEDENTE ou a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, e, de outro lado, as LICITANTES, se dará via seus REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

11. ENVELOPE B – GARANTIA DE PROPOSTA

- 11.1. Em garantia ao cumprimento da obrigação de firmar futuro instrumento contratual e demais obrigações assumidas em razão de sua participação na LICITAÇÃO, a LICITANTE deverá prestar GARANTIA DE PROPOSTA, no valor mínimo de R\$ [●] ([●]), com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data marcada para a SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, observados os itens 11.9.1 e 11.9.2.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 11.1.1. Em caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DE PROPOSTA poderá ser prestada por uma única pessoa jurídica que o compõe, ou dividida entre os consorciados, em qualquer proporção, desde que atingido o valor mínimo estabelecido no item 11.1, e deverá garantir as obrigações assumidas por todos os consorciados em razão de sua participação na LICITAÇÃO.
- 11.2. A GARANTIA DE PROPOSTA poderá, por opção da LICITANTE, ser feita por meio das seguintes modalidades:
- i. Caução em dinheiro;
 - ii. Títulos da Dívida Pública;
 - iii. Seguro-garantia;
 - iv. Fiança bancária; e/ou
 - v. Título de Capitalização.
- 11.2.1. Nas modalidades em que há formalização da GARANTIA DE PROPOSTA por meio de documentos, tais instrumentos não deverão contemplar excludentes de responsabilidade, além daquelas previstas na legislação em vigor, inclusive a normatização da SUSEP, observadas aquelas dispostas no ANEXO II que impeçam sua execução, pelo PODER CONCEDENTE, nas hipóteses descritas neste EDITAL como ensejadoras de sua execução, devendo ser atendido, ainda, o regramento estabelecido no ANEXO II.
- 11.2.2. A GARANTIA DE PROPOSTA deverá ser prestada em benefício da Secretaria de Parcerias de Investimentos do Governo do Estado de São Paulo – CNPJ nº 96.480.850/0001-03.
- 11.2.3. É de integral responsabilidade da LICITANTE a prova de existência e suficiência da GARANTIA DE PROPOSTA prestada para os fins desta LICITAÇÃO, devendo a LICITANTE apresentar a documentação necessária para tanto, sob pena de ineficácia da prestação da GARANTIA DE PROPOSTA e demais consequências aplicáveis, inclusive a eventual inabilitação da LICITANTE.
- 11.3. A GARANTIA DE PROPOSTA prestada em moeda corrente nacional deverá ser (i) depositada no Banco do Brasil, Agência 1897-X, conta corrente n. 100893-5, de titularidade da Secretaria de Parcerias de Investimentos do Governo do Estado de São Paulo – CNPJ nº 96.480.850/0001-03, em até 24h (vinte e quatro horas) antes da data marcada para o recebimento dos documentos e PROPOSTA COMERCIAL, apresentando-se, no ENVELOPE B, o comprovante de depósito ou (ii) apresentada em cheque administrativo de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
- 11.3.1. Caso a GARANTIA DE PROPOSTA seja prestada por meio da apresentação de cheque administrativo, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO verificará sua regularidade por meio

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

da compensação do título e da transferência do valor da GARANTIA DE PROPOSTA à conta corrente expressa no item acima, observado o regime de devolução previsto no item 11.9.

- 11.3.2. A apresentação da GARANTIA DE PROPOSTA por meio de REPRESENTANTE CREDENCIADO ou PARTICIPANTE CREDENCIADA os obriga pessoalmente se agirem em nome próprio, nos termos do artigo 663 do Código Civil.
- 11.4. Quando a GARANTIA DE PROPOSTA for representada por Títulos da Dívida Pública ou Títulos de Capitalização, deverá ser prestada pelo valor nominal dos títulos, não podendo esses estarem onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade, ou aquisição compulsória.
- 11.4.1. Somente serão admitidos Títulos da Dívida Pública dentre os arrolados no ANEXO II, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor.
- 11.5. A GARANTIA DE PROPOSTA apresentada na modalidade de seguro-garantia deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de comprovante de pagamento das parcelas já vencidas do prêmio, quando pertinente, bem como de: (i) Certidão de Apontamentos expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, sendo que a apólice deverá estar de acordo com o disposto na Circular SUSEP n. 662/2022, além de conter as disposições previstas no ANEXO II, e não poderá contemplar qualquer cláusula de isenção de responsabilidade da LICITANTE ou da seguradora, nem mesmo nas condições especiais ou particulares, que não as decorrentes de exigência legal ou regulamentar; (ii) Certidão de Licenciamento expedida pela SUSEP com a identificação dos diretores estatutários signatários da apólice; (iii) documentos comprobatórios da eleição dos administradores signatários da apólice; e (iv) atos societários que permitam a verificação da forma de representação da seguradora.
- 11.6. A GARANTIA DE PROPOSTA apresentada na modalidade de seguro-garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:
- i. Assegurar a SPI como segurada;
 - ii. Não conter disposições que limitem ou excluam o acionamento da garantia em caso de ocorrência de eventos diretamente relacionados às obrigações assumidas pelo EDITAL;
 - iii. Conter declaração de que a seguradora conhece e aceita os termos e condições do EDITAL; e
 - iv. Conter disposição expressa de vedação ao cancelamento da apólice de seguro-garantia por falta de pagamento total ou parcial do prêmio.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 11.6.1. A GARANTIA DE PROPOSTA não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela LICITANTE e/ou emissores relativamente à participação na LICITAÇÃO, ressalvada a lista dos riscos excluídos disposta no rol da Cláusula 55.10.5 do CONTRATO.
- 11.6.2. Caso a GARANTIA DE PROPOSTA apresentada na modalidade seguro-garantia contemple qualquer cláusula incompatível com as disposições deste EDITAL, inclusive cláusulas que excluam riscos não indicados no ANEXO I.B, deverá a LICITANTE apresentar declaração, subscrita pela companhia seguradora, informando a inaplicabilidade de tais cláusulas à presente LICITAÇÃO, bem como a validade do seguro-garantia a todas as hipóteses previstas neste EDITAL.
- 11.6.3. Se a LICITANTE optar pela modalidade seguro-garantia, deverão ser observadas, nas condições especiais ou nas condições particulares, as exigências constantes do ANEXO I.B, admitindo-se a inobservância destas exigências apenas em relação a adequações para atender a exigências legais ou regulamentares, devidamente demonstradas e justificadas.
- 11.6.4. Não será considerada inobservância do modelo previsto no ANEXO I.B caso disposições previstas nas condições especiais do modelo sejam reproduzidas apenas nas condições particulares da apólice.
- 11.7. A GARANTIA DE PROPOSTA apresentada na modalidade de fiança bancária deverá ser emitida por banco comercial, de investimento e/ou múltiplo, autorizado a funcionar no Brasil segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro, respeitando o ANEXO I.B.1 deste EDITAL, devendo ser apresentada em sua via original, acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento.
 - 11.7.1. Não será necessário o envio dos documentos de comprovação de poderes de representação dos signatários das fianças bancárias e seguros-garantia, quando as instituições mencionadas acima possuírem cadastro atualizado como emissor de garantias na B3.
 - 11.7.2. As instituições bancárias emissoras de fianças bancárias deverão possuir sistema EMVIA para que a B3 verifique a autenticidade do instrumento.
- 11.8. Para a modalidade de título de capitalização, deve ser observados os seguintes requisitos:
 - 11.8.1. A Sociedade de Capitalização emissora deve estar devidamente constituída e autorizada a operar pela SUSEP e não pode estar sob regime de direção fiscal, intervenção ou liquidação extrajudicial;
 - 11.8.2. O(s) título(s) deve(m) indicar a LICITANTE como titular, observadas as regras deste EDITAL aplicáveis a consórcios;
 - 11.8.3. O(s) título(s) deve(m) indicar o PODER CONCEDENTE como cessionário, ser custeado

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

por pagamento único já efetuado, bem como ter valor total de resgate no valor mínimo correspondente ao indicado no item 11.1;

- 11.8.4. O(s) título(s) emitido(s) eletronicamente com certificação digital seja(m) passível(is) de verificação de sua autenticidade no site da Sociedade de Capitalização emissora e/ou da SUSEP;
 - 11.8.5. O(s) título(s) de capitalização emitido(s) fisicamente deve(m) possuir assinaturas dos representantes legais da Sociedade de Capitalização emissora com reconhecimento de firma.
- 11.9. A GARANTIA DE PROPOSTA da ADJUDICATÁRIA e das demais LICITANTES serão devolvidas em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do CONTRATO, ou da data em que for declarada fracassada a LICITAÇÃO, observados os casos que acarretem a sua execução.
- 11.9.1. Caso o prazo de validade da GARANTIA DE PROPOSTA expire após a convocação da ADJUDICATÁRIA para assinar o CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA se obriga a providenciar sua renovação, quando instada a fazê-lo.
 - 11.9.2. Caso o prazo de validade da GARANTIA DE PROPOSTA expire em momento anterior ao referido pelo item 11.9.1, as LICITANTES, havendo interesse na contratação, obrigam-se a providenciar a renovação da GARANTIA DA PROPOSTA, quando instadas a fazê-lo.
- 11.10. Na hipótese de a LICITAÇÃO ultrapassar o prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias da GARANTIA DE PROPOSTA previsto no item 11.1, as LICITANTES que permanecerem com interesse em continuar na LICITAÇÃO deverão, espontaneamente ou quando instadas a fazê-lo, apresentar documentos comprobatórios de sua renovação, às expensas da LICITANTE, sendo inabilitada da LICITAÇÃO a LICITANTE que não comprovar a renovação da GARANTIA DE PROPOSTA quando instado a fazê-lo, não sendo aplicáveis a esta LICITANTE as penalidades previstas no item 19.
- 11.10.1. A manutenção das CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO da LICITANTE é condicionada à regular renovação da respectiva GARANTIA DE PROPOSTA, nos termos previstos no item 11.10.
 - 11.10.2. O valor da GARANTIA DE PROPOSTA, na hipótese de renovação, deverá ser atualizado pela variação do mesmo índice adotado para o REAJUSTE do CONTRATO, pelo período compreendido entre a data da entrega dos ENVELOPES e o último índice divulgado oficialmente antes da renovação da GARANTIA DE PROPOSTA.
 - 11.10.3. Na hipótese de não ter sido divulgado o índice correspondente ao mês de renovação da GARANTIA DE PROPOSTA, a atualização será calculada através de projeção, por meio da aplicação da última variação mensal conhecida do índice.
- 11.11. A prática de quaisquer das condutas abaixo elencadas por qualquer LICITANTE resultará na aplicação de multa, conforme previsto no item 19, após o regular procedimento administrativo

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

previsto na Lei Estadual nº 10.177/98:

- i. Retirar sua PROPOSTA COMERCIAL durante o período de sua validade, salvo por motivo superveniente devidamente aceito pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO;
- ii. Apresentar documento ou informação sabidamente falsa, ou, ainda, omitir informação relevante para os fins desta LICITAÇÃO, assim consideradas aquelas relacionadas aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, às condições de participação na LICITAÇÃO, e à apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, nos termos previstos neste EDITAL;
- iii. Sendo ADJUDICATÁRIA, deixar de cumprir as condições ou de apresentar os documentos exigíveis para a contratação, nos prazos previstos;
- iv. Deixar de manter válida a GARANTIA DE PROPOSTA nas condições definidas neste EDITAL;
- v. Sendo ADJUDICATÁRIA, deixar de assinar o CONTRATO no prazo previsto no ato de convocação, seja por falta de atendimento às disposições pré-contratuais ou por desistência;
- vi. Praticar ato(s) com a finalidade de frustrar os objetivos do certame, ou ensejar o seu retardamento;
- vii. Praticar outros atos, comissivos ou omissivos, que importem em prejuízo à condução da LICITAÇÃO, nos termos da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS; e
- viii. Praticar ato que enseje declaração de inidoneidade para contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

11.12.A GARANTIA DE PROPOSTA também assegurará o pagamento, após o regular procedimento administrativo previsto na Lei Estadual nº 10.177/98, de multas e penalidades, observado para estas como valor máximo o montante da GARANTIA DE PROPOSTA estabelecido no item 11.1, e indenizações devidas pela LICITANTE ao PODER CONCEDENTE, em virtude do inadimplemento total ou parcial, por parte das LICITANTES, das obrigações por elas assumidas em virtude de sua participação na LICITAÇÃO, sendo que, neste caso, o valor deverá ser oportunamente arbitrado de acordo com os prejuízos causados e com a gravidade da conduta da LICITANTE.

11.13.A GARANTIA DE PROPOSTA abrangerá todos os fatos ocorridos durante a vigência da garantia, ainda que a expectativa de sinistro ou o sinistro, conforme o caso, sejam comunicados pelo PODER CONCEDENTE após a superação do termo final de vigência da GARANTIA DE PROPOSTA, observado o prazo prescricional aplicável, conforme previsto no artigo 20 da Circular SUSEP nº 662/2022 para a GARANTIA DE PROPOSTA na modalidade seguro-garantia.

11.14.A SPI será indicada como único beneficiário dos instrumentos que formalizam a GARANTIA DE PROPOSTA, que poderá ser executada em quaisquer das hipóteses descritas neste EDITAL.

11.14.1. É vedada qualquer modificação nos termos e condições da GARANTIA DE PROPOSTA

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

apresentada à SPI, salvo mediante expressa e prévia anuência deste no momento da sua renovação, ou para recomposição do seu valor econômico e condições de exequibilidade.

- 11.14.2. A LICITANTE que deixar de apresentar ou não tiver a GARANTIA DE PROPOSTA aceita pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO será declarada inabilitada e sua PROPOSTA COMERCIAL desconsiderada.

12. ENVELOPE C – PROPOSTA COMERCIAL

12.1. A PROPOSTA COMERCIAL será apresentada na forma do item 9 deste EDITAL, dentro do ENVELOPE C – PROPOSTA COMERCIAL, conforme o modelo constante do ANEXOS I.H deste EDITAL, devendo incluir o desconto percentual ofertado pela LICITANTE, nos termos do item 6 do presente EDITAL.

- 12.1.1. Somente serão consideradas as PROPOSTAS COMERCIAIS, inclusive os lances, se o caso, que abrangem a totalidade do objeto desta LICITAÇÃO.

12.2. A LICITANTE deverá estar ciente de que a PROPOSTA COMERCIAL:

12.2.1. É irrevogável, irretroatável e incondicional;

12.2.2. Terá validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias contados da data da SESSÃO DE ENTREGA DOS ENVELOPES e, nesse período, todas as condições deverão ser mantidas, devendo observar o seguinte:

- i. A validade da PROPOSTA COMERCIAL deverá ser prorrogada uma única vez, por novos 180 (cento e oitenta) dias, se assim for solicitado pelo PODER CONCEDENTE ou pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO;
- ii. A prorrogação da validade da PROPOSTA COMERCIAL em decorrência de novas solicitações pelo PODER CONCEDENTE ou pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, exceto pela expressa no item i acima, está condicionada à concordância da LICITANTE.

12.2.3. Será desclassificada a PROPOSTA COMERCIAL que apresentar desconto percentual fora do intervalo de 0% (zero) a 100% (cem por cento).

12.2.4. Deverá considerar:

- i. O estado da ÁREA DA CONCESSÃO e dos ativos da INFRAESTRUTURA EXISTENTE a serem operados, observadas as regras de TRANSIÇÃO OPERACIONAL e a etapa de verificação do estado de conservação da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, conforme previsto no CONTRATO;
- ii. Todos os investimentos, custos, despesas e tributos necessários à exploração da CONCESSÃO, observadas as condições e o regimento estabelecidos no

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

CONTRATO e respectivos ANEXOS;

- iii. As premissas de incidência tributária descritas na Cláusula 24.6 da minuta do CONTRATO, assegurando-se o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na forma prevista na Cláusula 24.6.5, na hipótese de tributação de forma distinta das premissas consideradas;
- iv. Todos os riscos e obrigações assumidos pela CONCESSIONÁRIA, a partir da DATA DE ASSINATURA e durante o PRAZO DA CONCESSÃO, conforme disciplina prevista no CONTRATO;
- v. O prazo de 30 (trinta) anos da CONCESSÃO, contados nos termos do CONTRATO, o qual poderá ser prorrogado nos termos e condições previstos na Cláusula 5 do CONTRATO;
- vi. Todos os INVESTIMENTOS necessários ao pleno cumprimento do CONTRATO, já previstos como obrigação contratual da CONCESSIONÁRIA, conforme este EDITAL, o CONTRATO e os seus respectivos ANEXOS;
- vii. O CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, nos termos da Cláusula 36.3 do CONTRATO;
- viii. As deduções incidentes sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA descritas no CONTRATO e nos ANEXOS;
- ix. Recursos próprios a serem aportados na CONCESSIONÁRIA pela ADJUDICATÁRIA, além da integralização do capital social;
- x. O(s) financiamento(s) a ser(em) contratado(s) pela CONCESSIONÁRIA, de curto e de longo prazos, se for o caso, considerando-se as principais características da(s) operação(ões), tais como taxas de juros, moeda, prazos de carência e amortização, vencimentos, comissões e garantias;
- xi. Os limites disponíveis para emissão de obrigações, quando for o caso, levando-se em consideração suas principais características, tais como a modalidade, montantes, prazos de carência e amortização, vencimentos, taxas de juros, moeda e área de colocação, comissões e garantias;
- xii. Os custos de funcionamento e manutenção do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO, abrangendo eventual CÂMARA DE COMPENSAÇÃO e quaisquer outros mecanismos de arrecadação utilizados por determinação do PODER CONCEDENTE, nos termos do ANEXO IX;
- xiii. Os valores necessários para arcar com as taxas, despesas de administração e demais encargos relacionados ao CONTRATO, inclusive o pagamento de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, devido à ARTESP, e o pagamento devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, de acordo com o regramento estabelecido pelo CONTRATO;

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- xiv. Desembolsos necessários para a remuneração do AUDITOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, do VERIFICADOR INDEPENDENTE e do APOIO TÉCNICO, conforme previsto no CONTRATO;
- xv. A consideração das demais premissas e custos, inclusive tributários, para a apresentação da PROPOSTA COMERCIAL;
- xvi. A consideração, na realização dos investimentos, na conservação, na manutenção, na OPERAÇÃO e na reversão de ativos, das repercussões de ordem técnica, econômico-financeira e operacional decorrentes das regras dispostas nos ANEXOS do CONTRATO e nos termos de compromisso e outros instrumentos constantes do ANEXO X do CONTRATO.

12.2.5. As PROPOSTAS COMERCIAIS deverão ser elaboradas na DATA-BASE.

13. ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 13.1. A LICITANTE deverá apresentar documentação que comprove sua HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, nos termos deste EDITAL, dentro do ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- 13.2. Em caso de CONSÓRCIO, cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
- 13.3. As exigências de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA poderão ser atendidas, em caso de CONSÓRCIO, por intermédio de qualquer um dos consorciados, isoladamente ou mediante somatório de atestados, observado o disposto no item 13.18.4.
- 13.4. Será inabilitada a LICITANTE que, na data da entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
 - i. Não satisfizer as condições estabelecidas no presente EDITAL; e
 - ii. Apresentar documento falso ou inválido à época da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

A. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 13.5. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela LICITANTE individual ou, em caso de CONSÓRCIO, por cada uma das empresas participantes do CONSÓRCIO:
 - 13.5.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor, conforme última alteração arquivada na Junta Comercial, ou em cartório de registro competente, bem como documentos que comprovem a autorização para participar da LICITAÇÃO, quando

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

exigida pelo ato constitutivo, estatuto ou contrato social. Caso a última alteração do estatuto social/contrato social não consolide as disposições do estatuto social/contrato social em vigor, deverão também ser apresentadas as alterações anteriores que contenham tais disposições;

- i. Não será exigida a publicação dos documentos que comprovem a autorização para participar da licitação, bastando a apresentação de documento que comprove a realização do ato societário exigido para a autorização, caso referida autorização seja exigida no respectivo estatuto social /contrato social.
 - ii. Não será exigida a apresentação da publicação dos documentos que não seja exigida em lei e/ou regulamentação aplicável, conforme tipo e porte societário da LICITANTE.
- 13.5.2. No caso de sociedade por ações e sociedades limitadas, prova de eleição/nomeação dos administradores da LICITANTE em exercício, arquivada na Junta Comercial ou em cartório competente, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada das respectivas publicações na imprensa, sendo suficiente a apresentação de apenas uma publicação, desde que em algum dos veículos mencionados no art. 289 da LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS.
- 13.5.3. Autorização do Poder Executivo Federal, na forma da legislação vigente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 13.5.4. Se a LICITANTE for um fundo de investimento, deverá apresentar os seguintes documentos:
- i. Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários;
 - ii. Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente;
 - iii. Regulamento e alterações, se houver, devidamente registrados no sistema informatizado da Comissão de Valores Mobiliários, observados os termos do Ofício Circular n. 12/2019/CVM/SIN;
 - iv. Comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, por meio da apresentação da consulta aos dados cadastrais de prestação dos serviços de administração de carteiras perante a Comissão de Valores Mobiliários;
 - v. Prova de eleição dos representantes do administrador;
 - vi. Comprovante de compatibilidade do objeto do fundo com a LICITAÇÃO, por

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

intermédio da política de investimento do fundo descrita em seu regulamento e prova de que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo, em nome do fundo de investimento, todas as obrigações e direitos que dela decorrerem;

- vii. Comprovação de que a administradora e/ou gestora não estão em processo de liquidação judicial, mediante certidão expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sua sede, ou de liquidação extrajudicial, mediante comprovante obtido em consulta ao sítio eletrônico do Banco Central do Brasil; e
- viii. Certidão negativa de falência da administradora e gestora do Fundo de Investimento, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sede das mesmas, emitida em, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES.

13.5.5. Se a LICITANTE for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar a ata que elegeu a administração em exercício, o regulamento em vigor, comprovante de autorização expressa e específica quanto à sua constituição e funcionamento, concedida pelo órgão fiscalizador competente, e declaração/certidão de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da entidade reguladora.

13.5.6. Se a LICITANTE for INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, deverá apresentar, adicionalmente aos documentos previstos nos itens 13.5.1 a 13.5.3, comprovante de autorização expressa e específica de sua constituição e funcionamento, concedida pela entidade reguladora do setor, bem como comprovação da homologação da eleição do(s) seu(s) administrador(es).

13.6. As sociedades consorciadas deverão apresentar termo de compromisso público ou particular de constituição de SPE, subscrito por todas as consorciadas, contemplando, no mínimo, as seguintes informações:

- i. Denominação do CONSÓRCIO;
- ii. Qualificação das consorciadas que atuarão como partes do Termo de Compromisso de Constituição de SPE, com a indicação do percentual da participação de cada uma das consorciadas na sociedade;
- iii. Organização e objetivos do CONSÓRCIO, a saber, a participação das empresas consorciadas na presente LICITAÇÃO e, em sendo vencedor, constituir-se em SPE, segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede e administração no Brasil, no Estado de São Paulo;
- iv. Indicação da sociedade líder do CONSÓRCIO;
- v. Compromisso de que as consorciadas responderão isolada e solidariamente por todas

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

as exigências do instrumento convocatório e pelos atos praticados pelo CONSÓRCIO, no âmbito da LICITAÇÃO, até a assinatura do CONTRATO;

- vi. Prazo de vigência do CONSÓRCIO, compatível com a duração da LICITAÇÃO e, caso se sagre vencedor, até a constituição da SPE; e
- vii. Procuração outorgando à sociedade líder poderes expressos, irrevogáveis e irrevogáveis para figurar como única representante legal do CONSÓRCIO perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e o PODER CONCEDENTE, com plenos poderes para nomear REPRESENTANTES CREDENCIADOS, receber notificações, intimações e citações quanto aos assuntos relativos à LICITAÇÃO ou ao CONTRATO, bem como para concordar com condições, transigir, recorrer e desistir de recurso e se comprometer a assinar, em nome do CONSÓRCIO, quaisquer papéis e documentos relacionados com o objeto da LICITAÇÃO, até a constituição da SPE.

13.6.1. A procuração referida no item 13.6, inciso vii, poderá ser apresentada de maneira integrada ao próprio compromisso de constituição de SPE, por intermédio de cláusula expressa sobre a outorga de poderes expressos, irrevogáveis e irrevogáveis para a sociedade líder figurar como única representante legal, ou através de procuração específica, em documento apartado.

13.7. No caso de CONSÓRCIO, as declarações exigidas no EDITAL poderão ser assinadas pela sociedade líder, em nome do CONSÓRCIO, observado o disposto no inciso vii do item 13.6.

13.8. As LICITANTES, assim como todas as empresas componentes do CONSÓRCIO, deverão apresentar organograma indicativo de sua estrutura de CONTROLE, demonstrando as situações que caracterizem poder de CONTROLE, contemplando toda a cadeia de controle societário até o nível de pessoa física, observando-se, no que pertinente, o artigo 53 da Instrução Normativa RFB n. 2.119, de 08 de dezembro de 2022, e ressalvadas apenas as hipóteses em que, em razão de restrição ou impedimento legal ou regulatório aplicável, não for possível a apresentação da informação exigida.

13.8.1. Para as LICITANTES constituídas na forma de fundo de investimentos, o atendimento ao disposto no item 13.8 deverá considerar a existência de cotistas majoritários, ou de órgão e respectivos membros, com poder de influência para alterar o regulamento do fundo, detentores dos poderes análogos àqueles referidos na LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS, para fins de identificação do acionista controlador.

B. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.9. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela LICITANTE individual ou por cada participante do CONSÓRCIO:

- i. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- ii. Prova de inscrição no Cadastro Estadual e Municipal de Contribuintes, se houver,

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, ou, em caso de CONSÓRCIO, de cada consorciada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou declaração assinada pela LICITANTE de que a atividade desempenhada não torna exigível inscrição municipal ou estadual; conforme modelo disponível no ANEXO I deste EDITAL;

- iii. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- iv. Certidão de regularidade de débito tributário do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS perante a Fazenda Municipal, inscrito em dívida ativa, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, sendo, em caso de CONSÓRCIO, de cada consorciada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- v. Certidão de regularidade de débito tributário do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, perante a Fazenda Estadual, inscritos em dívida ativa, do domicílio ou sede da LICITANTE ou, em caso de CONSÓRCIO, do domicílio ou sede de cada consorciada;
- vi. Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- vii. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.10. Todas as certidões listadas acima deverão estar dentro do prazo de validade.

13.11. Caso alguma certidão apresentada em atendimento ao item 13.9 seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais e/ou dos procedimentos administrativos arrolados, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES.

13.11.1. Os documentos previstos no item 13.11 não substituirão, em hipótese alguma, a apresentação das certidões arroladas no item 13.9, e destinam-se a permitir a averiguação, pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO de possível situação de regularidade fiscal da LICITANTE, ou de membro do CONSÓRCIO, a despeito do quanto indicado na certidão, caso comprovada a quitação do tributo ou a suspensão de sua exigibilidade.

13.12. Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões.

13.13. Se a LICITANTE for um fundo de investimento que não possa emitir a Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) prevista no item 13.9, vii, deste EDITAL, em virtude de sua natureza jurídica, deve apresentar o documento comprobatório da ausência de cadastro, por meio de consulta ao sítio eletrônico <<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>> com o número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/MF) do fundo de investimento.

C. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.14. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela LICITANTE individual, ou por cada participante de CONSÓRCIO:

- i. No caso de Sociedade Empresária, Certidão de Pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca (Varas Cíveis) da cidade onde a sociedade for sediada, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega;
- ii. No caso de Sociedade Simples, certidão expedida pelo Distribuidor Judicial das Varas Cíveis da Comarca onde a sociedade está sediada, relativa à Execução Patrimonial, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega;
- iii. No caso de fundo de investimento, a LICITANTE deverá apresentar, adicionalmente, Certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo de investimento, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sede das mesmas, com data, no máximo, de 90 (noventa) dias anteriores à data da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES.

13.15. As LICITANTES deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração emitida pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e recuperações judiciais.

13.15.1. Fica dispensada a apresentação da certidão indicada no item 13.15, acima, nos casos em que conste da própria certidão que foram consultados todos os cartórios competentes para sua emissão ou caso a comarca da sede da LICITANTE não emitir documento oficial com tal teor, devendo a LICITANTE apresentar, neste caso, declaração assinada pelo REPRESENTANTE CREDENCIADO informando a impossibilidade de apresentação do referido documento, preservado o direito de a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO realizar diligências para apurar a veracidade do quanto declarado.

13.16. Se houver alguma ação judicial distribuída nas modalidades referidas nos subitens i, ii e iii do item 13.14, a LICITANTE deverá apresentar a certidão atualizada que aponte a situação do processo.

13.17. Caso a LICITANTE esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

D. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.18. Para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, as LICITANTES deverão comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da LICITAÇÃO em características, quantidade e prazos, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

LICITANTE, ou de um dos integrantes do CONSÓRCIO, ou de profissional a ela vinculado, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou por órgão de regulação e/ou de fiscalização, comprovando experiência prévia, ao longo de no mínimo 12 (doze) meses, como responsável pela gestão/administração de ativo de infraestrutura (i) com valor mínimo de investimento de R\$ [●] ([●]) e (ii) que tenha gerado receita operacional anual de, no mínimo R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

13.18.1. Para comprovação do exigido no item 13.18 deste EDITAL, será admitido somatório de atestados, desde que um atestado demonstre, isoladamente, a participação da LICITANTE como responsável pela gestão/administração de ativo de infraestrutura que tenha o valor mínimo de investimento de R\$ [●] ([●]) e que tenha gerado receita operacional anual de, no mínimo, R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

13.18.2. No caso de CONSÓRCIO, admitir-se-á, para efeito de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, o somatório dos atestados de um ou mais integrantes do CONSÓRCIO, observado o item 13.18.1.

13.18.3. Os atestados poderão se referir a contratos em andamento, desde que os quantitativos e características técnicas do objeto já realizado sejam compatíveis com o objeto desta LICITAÇÃO, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses previsto no item 13.18.

13.18.4. Será considerado responsável, para os fins do item 13.18:

- i. o responsável direto, individualmente, pela gestão/administração do ativo de infraestrutura;
- ii. o consorciado, com participação mínima de 10% (dez por cento) no consórcio responsável pela gestão/administração do ativo de infraestrutura;
- iii. o acionista da empresa responsável, com participação acionária mínima de 10% (dez por cento); ou
- iv. por qualquer outra forma, participante da gestão/administração do ativo de infraestrutura, com posição que lhe confira poderes decisórios na gestão/administração do ativo de infraestrutura, ainda que por CONTROLE indireto, inclusive, no caso de ativo detido por fundo de investimento, por sua empresa gestora.

13.18.5. Será considerado ativo de infraestrutura, para os fins do item 13.18, bem público ou conjunto de bens públicos integrante, por exemplo, dos sistemas de:

- i. comunicações;
- ii. logística, inclusive rodovias e transportes, tanto de carga quanto de passageiros;
- iii. energia;
- iv. saneamento básico;
- v. prestação de serviços públicos; ou
- vi. outros ativos de infraestrutura de complexidade equivalente ou superior.

13.18.6. Para atendimento da qualificação técnica exigida no item 13.18, não se exigirá que a

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

LICITANTE tenha participado da administração do ativo de infraestrutura na fase de sua implantação.

- 13.18.7. Para atendimento da qualificação técnica exigida no item 13.18, será admitida a apresentação de atestados em nome de profissional, desde que referido profissional possua vínculo com a LICITANTE na data da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES.
- 13.18.8. A comprovação do vínculo poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho, ou contrato de assistência técnica.
- 13.18.9. A comprovação do vínculo ainda poderá se dar mediante carta ou contrato de intenção assinado entre a LICITANTE e o profissional qualificado, ou compromisso de contratação de profissional qualificado, nos termos do ANEXO I.O ao presente EDITAL, indicando que, em caso de a LICITANTE sagrar-se vencedora, assumirá a obrigação de participar da CONCESSÃO por meio de uma das formas de vínculo indicadas no item anterior.
- 13.18.10. O vínculo da LICITANTE com o(s) profissional(is) deve permanecer, no mínimo, até a DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, observando-se as disposições do CONTRATO quanto à substituição do(s) responsável(is) técnico(s) por outro(s) que atenda(m) ao requisito de qualificação técnica.
- 13.18.11. Não é vedado ao profissional qualificado possuir vínculo com mais de uma LICITANTE.
- 13.18.12. Serão admitidos como equivalentes aos atestados, para fins da comprovação de qualificação requerida no item 13.18, documentos tais como contratos, cartas ou declarações de instituição financeira, agências reguladoras ou de poder concedente, conforme o caso, bem como demonstrações financeiras auditadas dos empreendimentos realizados, ou outro documento que demonstre a experiência requerida, desde que, em qualquer caso, tais documentos sejam aptos à efetiva comprovação do cumprimento dos requisitos de experiência técnica definidos no respectivo item.
- 13.18.13. Os valores descritos nos documentos de comprovação do item 13.18 serão atualizados pela LICITANTE, a partir da data de referência de realização do investimento prevista nos referidos documentos até o mês anterior ao mês de realização da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, pelo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na falta deste, por outro índice oficial de inflação.
- 13.19. A experiência exigida no item 13.18 também poderá ser comprovada por meio de atestados emitidos em nome de empresa controlada, controladora, coligada e/ou empresas sob CONTROLE comum da LICITANTE, direta ou indiretamente, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira, desde que a situação (de sociedade controlada, controladora, coligada e/ou empresas sob CONTROLE comum, direta ou indiretamente, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira) seja devidamente comprovada e vigore desde data anterior à da publicação do

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

presente EDITAL.

- 13.19.1. Na hipótese do item 13.19, a LICITANTE deverá comprovar que a empresa detentora do atestado não incorre em quaisquer das restrições de participação na LICITAÇÃO previstas no item 7.
- 13.19.2. A relação entre a LICITANTE e a empresa detentora dos documentos de comprovação das experiências constante do item 13.18 deve ser comprovada mediante a apresentação de:
- i. organograma do GRUPO ECONÔMICO que demonstre a(s) relação(ões) societária(s) entre a LICITANTE e a empresa detentora dos referidos documentos de comprovação; e
 - ii. documentos societários, nos termos da legislação aplicável, que embasam as relações societárias indicadas naquele organograma, tais como contratos sociais, estatutos sociais, livros de registro de ações (incluindo ações escriturais), livros de registro de transferência de ações (incluindo ações escriturais) e acordos de quotistas ou de acionistas.
- 13.19.3. No caso de fundos de investimento, admitir-se-á atestados emitidos em nome de fundos de investimento, ou de sociedades controladas por fundos de investimento, sob a mesma gestora que a LICITANTE, desde que a gestora tenha atuado nesta condição durante o período de verificação da experiência que se pretende comprovar.
- 13.19.4. No caso de alterações societárias e de fusão, incorporação, ou cisão de empresas, os atestados somente serão considerados se acompanhados de prova documental e inequívoca da transferência definitiva de acervo técnico, exceto se o caso também se enquadrar na hipótese do item 13.19, quando deverá, então, observar os requisitos previstos naquele item.
- 13.19.5. Não serão considerados válidos quaisquer outros atestados que não sejam decorrentes dos eventos societários destacados no item 13.19.4.
- 13.20. Sem prejuízo do previsto no item 13.19, os documentos e atestados deverão ser emitidos por entidades públicas ou particulares contratantes do objeto atestado, em papel timbrado do declarante, com identificação de seu representante legal e informações para eventual contato por parte da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.
- 13.20.1. A conformidade dos atestados e suas informações poderá ser confirmada por meio de diligência, nos termos do item 8.8. Caso a veracidade das informações sobre a qualificação técnica não possa ser comprovada, a LICITANTE será inabilitada, estando sujeita às penalidades previstas neste EDITAL.
- 13.21. É recomendável, para efeito de padronização, que os atestados ou certidões de aptidão contenham, sem a elas se limitar, as seguintes informações, ou venham delas acompanhadas:
- i. Objeto;

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- ii. Características das atividades e serviços desenvolvidos;
- iii. Valor total do empreendimento e percentual de participação da LICITANTE;
- iv. Datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
- v. Datas de início e término da participação da empresa no consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio;
- vi. Descrição das atividades exercidas no consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio, observando-se o disposto no art. 67, § 10, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, na hipótese de o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, observado o disposto no item 13.18.4 para efeitos da apuração do responsável pela gestão/administração do ativo de infraestrutura;
- vii. Local da realização das atividades e serviços;
- viii. Razão social do emitente; e
- ix. Nome e identificação do signatário.

13.22. Caso o conteúdo mínimo previsto no item acima não esteja no(s) respectivo(s) atestado(s), as informações faltantes, se necessárias, poderão ser comprovadas mediante outros documentos, inclusive, se for o caso, declaração do próprio LICITANTE, cabendo à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, se entender pertinente e necessário à análise da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, realizar diligências para se certificar da correção da informação.

13.23. As comprovações exigidas para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA poderão ser feitas por meio de certidões emitidas em nome da LICITANTE, ou de declarações por ela prestadas, quando se tratar de empreendimentos próprios, as quais deverão vir acompanhadas dos documentos necessários à comprovação de sua veracidade.

13.24. No caso de LICITANTES constituídas sob a forma de fundo de investimento, será aceita a comprovação de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA detida por sua gestora, devendo, nesse caso, ficar comprovada tal condição de empresa gestora.

13.25. A LICITANTE deverá apresentar de forma clara e inequívoca os dados relevantes dos atestados apresentados, devendo, ainda, para eventual complementação de informações exigidas, anexar outros documentos comprobatórios, tais como: cópias do contrato a que se refere o atestado; ordens de serviços e/ou outros pertinentes.

13.25.1. Em hipótese alguma os documentos relacionados no item 13.25, acima, substituirão o atestado.

E. DECLARAÇÕES

13.26. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela LICITANTE em papel timbrado, datado e subscrito pelo respectivo representante legal, com os demais DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- i. Declaração, conforme modelo constante do ANEXO I.E deste EDITAL, de que a LICITANTE, sob as penas da lei de que:

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- a. está regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência, em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
 - b. não se encontra em processo de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária, ou intervenção;
 - c. não há fatos impeditivos para a participação desta empresa (individual ou integrante de CONSÓRCIO) neste certame, no sentido descrito no ANEXO I.E.
 - d. observa as Normas de Segurança e Saúde no Trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;
 - e. tem ciência de que a existência de registro no (a) CADIN ESTADUAL; (b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (Lei Federal nº 12.846/12); (c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e (d) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP do Estado de São Paulo; (e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA do Conselho Nacional de Justiça; (f) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (Decreto Estadual nº 61.751/2015 impedem a contratação com o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais cominações legais;
 - f. tem ciência (a) de que se sujeita a todas as condições do EDITAL; (b) dos serviços de operação e manutenção objeto da CONCESSÃO; (c) do SERVIÇO CONCEDIDO, das condições do traçado que integra o escopo do CONTRATO, da natureza e complexidade dos serviços e investimentos necessários; (d) responde pela veracidade de todas as informações constantes da documentação e da PROPOSTA apresentadas; e (e) recebeu todos os elementos componentes do presente EDITAL e tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da LICITAÇÃO, tendo considerado suficientes as informações recebidas para a elaboração da sua proposta;
 - g. cumpre, em atendimento ao artigo 63, IV, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, ou para reabilitado da Previdência Social, e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- ii. Declaração, conforme modelo constante do ANEXO I.G deste EDITAL, de que serão utilizados, na execução dos serviços licitados, apenas produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou produtos e subprodutos listados no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819/22, adquiridos de pessoa jurídica devidamente cadastrada no CADMADEIRA; e
 - iii. Declaração, nos termos do ANEXO I.K, de que optou por formular PROPOSTA sem a realização da VISITA TÉCNICA facultativa, afirmando ter conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da CONCESSÃO, se aplicável.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

13.27. Todas as declarações constantes do item anterior deverão ser apresentadas individualmente pela LICITANTE ou, em caso de CONSÓRCIO, por todos os seus membros, com exceção às declarações constantes do item 13.26, incisos ii a iii, que, no caso de participação em CONSÓRCIO, poderão ser emitidas pelo próprio CONSÓRCIO, por intermédio de sua empresa líder.

14. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO regularmente instituída, obedecidas as regras, trâmites e prazos estabelecidos neste EDITAL e no ato que a constituiu, observado o cronograma abaixo:

Eventos	Descrição dos Eventos	Data
1	Publicação do EDITAL	[●]
2	Termo final do prazo para solicitação de esclarecimentos ao EDITAL	[●]
3	Prazo para divulgação das respostas aos pedidos de esclarecimentos	[●]
4	Termo final para solicitação de VISITA TÉCNICA	[●]
5	Termo final do prazo para impugnação ao EDITAL	[●]
6	Prazo para decisão sobre as impugnações apresentadas	[●]
7	SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e CREDENCIAMENTO	[●]
8	Divulgação da decisão da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO sobre a análise dos documentos contidos no ENVELOPE B	[●]
9	SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	[●]
10	Divulgação do RESULTADO PRELIMINAR da LICITAÇÃO e início do prazo recursal	A definir
11	Encerramento do prazo recursal	3 (três) dias úteis a contar do evento 10
12	Publicação do RESULTADO DEFINITIVO da LICITAÇÃO	A definir

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

Eventos	Descrição dos Eventos	Data
13	Publicação do ato de homologação e adjudicação, e convocação da ADJUDICATÁRIA para cumprimento das exigências pré-contratuais	A definir
14	Comprovação, pela ADJUDICATÁRIA, das condições pré-contratuais previstas no Item 17 do EDITAL	Previamente à DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO

14.2. A LICITAÇÃO será dividida nos seguintes atos:

- 14.2.1. A LICITAÇÃO iniciará com a SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e CREDENCIAMENTO dos LICITANTES em [●] de [●] de [●], das [●]h às [●]h, na B3, localizada na Rua XV de Novembro nº 275, Centro, São Paulo/SP.
- 14.2.2. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO atestará o recebimento dos ENVELOPES e abrirá o ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO das LICITANTES. Na sequência, realizará o CREDENCIAMENTO das LICITANTES, encerrando-se a SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES com a abertura do ENVELOPE B – GARANTIA DE PROPOSTA, que facultativamente será rubricado pelos membros da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e pelos REPRESENTANTES CREDENCIADOS presentes.
- 14.2.3. Concluída a análise dos ENVELOPES B – GARANTIA DE PROPOSTA, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO divulgará decisão sobre aceitação ou eventual não aceitação da GARANTIA DE PROPOSTA.
- 14.2.4. A SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS terá início em [●] de [●] de 202[●], às [●]h, também na B3. Nesta ocasião, será aberto o ENVELOPE C – PROPOSTA COMERCIAL das LICITANTES cujas GARANTIAS DE PROPOSTA tenham sido declaradas regulares pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e que estejam aptas a contratar com o ESTADO, classificando-se as PROPOSTAS COMERCIAIS conforme critério estabelecido no item 6.
- 14.2.5. Encerrada a classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS, será divulgada grade ordenatória, contendo a relação das PROPOSTAS COMERCIAIS em ordem decrescente, indicando-se aquela que poderá ser declarada vencedora.
- 14.2.6. Após a abertura dos ENVELOPES C – PROPOSTAS COMERCIAIS, poderá ocorrer a fase de lances, se aplicável, e, se houver empate entre as propostas das LICITANTES, serão utilizados como critério de desempate aqueles estabelecidos no artigo 60 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.
- 14.2.7. Por fim, será aberto o ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apenas da

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

LICITANTE classificada como vencedora e serão verificados os cadastros nacionais e estaduais para averiguar a sua regularidade, conforme previsto no item 14.2.9.

- 14.2.8. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO poderão ser rubricados pelos REPRESENTANTES CREDENCIADOS presentes à SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, que assim o desejarem.
- 14.2.9. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO efetuará consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ambos do Governo Federal, ao Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP do ESTADO, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA do Conselho Nacional de Justiça e ao Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções do ESTADO para averiguar a regularidade da LICITANTE melhor classificada.
- 14.2.10. Se a LICITANTE que tiver sua PROPOSTA COMERCIAL classificada em primeiro lugar não atender plena e satisfatoriamente a todas as condições e exigências de HABILITAÇÃO deste EDITAL, proceder-se-á à análise do ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE que tiver sua PROPOSTA COMERCIAL classificada em segundo lugar, bem como à análise de sua regularidade junto aos cadastros nacionais e estaduais previstos no item 14.2.9 e, em caso de não atendimento, este procedimento será sucessivamente repetido para as demais LICITANTES, respeitada a ordem de classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS.
- 14.2.11. Encerrada a análise do ENVELOPE D da LICITANTE classificada com a melhor PROPOSTA COMERCIAL, caso os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO tenham atendido a todas as condições estabelecidas neste EDITAL e na legislação vigente, bem como ausência de impedimentos junto aos cadastros nacionais e estaduais previstos no item 14.2.9, a LICITANTE será declarada como vencedora do certame, divulgando-se o RESULTADO PRELIMINAR DA LICITAÇÃO, abrindo-se a fase recursal única, nos termos do item 16.
- 14.2.12. Não interpostos recursos ou, caso interpostos, após o seu processamento e julgamento, será publicado o resultado da LICITAÇÃO.

A. SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES

- 14.3. Os ENVELOPES A – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, B – GARANTIA DE PROPOSTA, C – PROPOSTA COMERCIAL e D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues direta e pessoalmente à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, na data, hora, local e forma estipulados neste EDITAL para a realização da SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e no aviso publicado, na presença de pelo menos 03 (três) membros da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.
 - 14.3.1. Aberta a SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, os LICITANTES terão o prazo de até 20 (vinte) minutos para entrega dos ENVELOPES à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.
 - 14.3.2. Após ser declarado o encerramento do recebimento dos ENVELOPES pela COMISSÃO

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

DE CONTRATAÇÃO, nenhum outro ENVELOPE será recebido, não cabendo qualquer direito de reclamação.

- 14.4. Após o recebimento dos ENVELOPES, será aberto o ENVELOPE A – DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO e será realizado o credenciamento dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS e das PARTICIPANTES CREDENCIADAS junto à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, observados os requisitos do item 10.
- 14.5. Realizada a etapa prevista no item 14.4, serão abertos os ENVELOPES B – GARANTIA DE PROPOSTA dos LICITANTES.
- 14.6. A SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES se encerrará com a abertura do ENVELOPE B – GARANTIA DE PROPOSTA, que poderá ser rubricado pelos REPRESENTANTES CREDENCIADOS que, presentes à SESSÃO PÚBLICA, assim o queiram.

B. VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DAS GARANTIAS DE PROPOSTA

- 14.7. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO atestará a regularidade das GARANTIAS DE PROPOSTA, em conformidade com o item 11 deste EDITAL.
 - 14.7.1. Somente deverão ser consideradas regulares as GARANTIAS DE PROPOSTA que estejam aderentes às condições deste EDITAL e à legislação pertinente.
 - 14.7.2. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO divulgará, no máximo até o dia útil anterior à data da SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, comunicado contendo a decisão de aceitação ou eventual não aceitação das GARANTIAS DE PROPOSTA.

C. SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 14.8. Na data da SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO procederá à abertura do ENVELOPE C – PROPOSTA COMERCIAL das LICITANTES que tiverem suas GARANTIAS DE PROPOSTA consideradas regulares.
- 14.9. As PROPOSTAS COMERCIAIS serão verificadas pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO quanto à forma e condições estabelecidas neste EDITAL.
- 14.10. A LICITANTE que não cumprir os requisitos mínimos para apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, nos termos deste EDITAL, será desclassificada.
- 14.11. A partir da relação das PROPOSTAS COMERCIAIS que tiverem sido classificadas, será divulgada uma grade ordenatória, em ordem decrescente, considerando-se o desconto percentual ofertado pelos LICITANTES.
 - 14.11.1. A fase de lances sobre o desconto percentual apresentado na PROPOSTA COMERCIAL será processada entre a LICITANTE que oferecer a melhor PROPOSTA COMERCIAL, assim entendida como o maior desconto ofertado dentre as LICITANTES, e as

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

LICITANTES que oferecerem, em suas PROPOSTAS COMERCIAIS, desconto percentual até 20% (vinte por cento) inferior ao desconto percentual apresentado na melhor PROPOSTA COMERCIAL.

14.11.2. Será vencedora a LICITANTE que ofertar o maior percentual de desconto, nos termos do item 6.

14.12.A etapa de lances se dará mediante oferecimento de lances sucessivos, conforme disposto no ANEXO II deste EDITAL.

14.12.1. O DIRETOR DA SESSÃO poderá fixar um tempo máximo entre os lances.

14.12.2. Cada lance deverá superar o valor ofertado pela própria LICITANTE, considerando, ainda, que:

- i. Deverá ser respeitado o incremento mínimo de 0,1 p.p. (um décimo em pontos percentuais) sobre o lance a ser superado;
- ii. Deverá ser distinto das demais PROPOSTAS COMERCIAIS ou lances ofertados;
- iii. Deverá alterar a classificação da(s) LICITANTE(S) na LICITAÇÃO, admitidos lances intermediários; e
- iv. Deverá ocorrer na ordem inversa à classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS escritas, ou seja, em cada rodada da disputa, o último lance sempre será ofertado pela LICITANTE melhor classificada na etapa das PROPOSTAS COMERCIAIS escritas.

14.12.3. Se nenhuma LICITANTE se manifestar no prazo assinalado pelo DIRETOR DA SESSÃO para a oferta de novos lances, será declarada como mais bem classificada a LICITANTE que houver ofertado o melhor lance até então, resultando no maior desconto percentual.

14.12.4. Caso seja aberta a etapa de lances e não haja oferecimento de qualquer lance, será declarada como mais bem classificada a LICITANTE com a melhor PROPOSTA COMERCIAL, nos termos deste EDITAL.

14.12.5. Caso processada a fase de lances, as LICITANTES que tiverem ofertado lances deverão ratificar as suas PROPOSTAS considerando os lances por elas ofertados, conforme modelo constante no ANEXO I.L deste EDITAL, que poderá ser assinado pelo REPRESENTANTE CREDENCIADO, ou por outra pessoa munida de poderes suficientes para tanto.

14.13. Havendo empate entre 2 (duas) ou mais PROPOSTAS COMERCIAIS não superado na fase de lances, o desempate será realizado mediante a aplicação dos critérios previstos no art. 60 da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

14.14. Por fim, será aberto o ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada como vencedora, preservando-se intacto o ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO das demais LICITANTES.

14.15. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão analisados pelo COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, encerrando-se a SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.

D. CONSULTA A CADASTROS E SISTEMAS

14.16. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO deverá consultar, na ordem procedimental indicada no item 14.2.9, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ambos do Governo Federal, instituído nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei Federal nº 12.846/2013, o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA do Conselho Nacional de Justiça e o Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP do Estado de São Paulo, instituído nos termos do artigo 5º, do Decreto Estadual nº 60.106/2014, e ao Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções do ESTADO no tocante à LICITANTE detentora da melhor PROPOSTA COMERCIAL, ficando vedada a participação de empresas punidas com a pena de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ou punidas com as penas de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de São Paulo, decorrente do artigo 156, incisos III e IV, e §4º do artigo 156, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, bem como outras sanções que impossibilitem a contratação com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

14.16.1. Se a LICITANTE que tiver apresentado a melhor PROPOSTA COMERCIAL não estiver regular nas consultas previstas no item 14.16 acima, proceder-se-á, consulta de regularidade da LICITANTE que tiver sua PROPOSTA COMERCIAL classificada em segundo lugar e, em caso de não atendimento, sua PROPOSTA COMERCIAL será desclassificada e este procedimento será sucessivamente repetido para as demais LICITANTES, respeitada a ordem de classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS.

E. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.17. A habilitação da LICITANTE obedecerá aos critérios objetivos estabelecidos neste EDITAL, sendo consideradas inabilitadas as LICITANTES que apresentarem os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em desconformidade com o disposto no presente EDITAL e na legislação vigente.

14.18. Encerrada a análise do conteúdo do ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE que tiver sua PROPOSTA COMERCIAL melhor classificada, caso os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO tenham atendido a todas as condições estabelecidas neste EDITAL e na legislação vigente, a LICITANTE será declarada como vencedora do certame, publicando-se o RESULTADO PRELIMINAR da LICITAÇÃO.

14.19. Se a LICITANTE que tiver apresentado a melhor PROPOSTA COMERCIAL não atender plena e satisfatoriamente a todas as CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO deste EDITAL, proceder-se-á à análise

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

do ENVELOPE D – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE que tiver sua PROPOSTA COMERCIAL classificada em segundo lugar e, em caso de não atendimento, este procedimento será sucessivamente repetido para as demais LICITANTES, respeitada a ordem de classificação das PROPOSTAS COMERCIAIS.

F. PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA LICITAÇÃO

14.20. O RESULTADO PRELIMINAR da LICITAÇÃO, além de ser publicado no DOE/SP, será divulgado no sítio eletrônico da SPI: <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tic-sorocaba/>.

14.20.1. A partir deste momento, será aberta a fase recursal de todas as etapas da LICITAÇÃO, nos termos do item 16.

14.20.2. Caso não sejam interpostos recursos ou não sejam acolhidos os recursos eventualmente interpostos, será publicado o RESULTADO DEFINITIVO da LICITAÇÃO, nos mesmos termos do item 14.20.

15. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

15.1. Publicado o RESULTADO DEFINITIVO da LICITAÇÃO, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO submeterá o processo licitatório ao Secretário de Parcerias em Investimentos, para sua homologação e adjudicação de seu objeto.

15.1.1. O objeto da LICITAÇÃO será adjudicado à LICITANTE VENCEDORA nas condições por ela ofertadas, após homologação da LICITAÇÃO.

15.1.2. O ato de homologação da LICITAÇÃO, adjudicação do objeto e convocação da ADJUDICATÁRIA para cumprimento das exigências pré-contratuais será publicado decisão no DOE/SP.

16. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. As LICITANTES poderão recorrer, em fase recursal única, da classificação final da SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, da análise e julgamento da GARANTIA DE PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE melhor classificada e da eventual anulação ou revogação da LICITAÇÃO.

16.1.1. O recurso deverá ser interposto em petição fundamentada, dirigida à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação do RESULTADO PRELIMINAR DA LICITAÇÃO, observadas as seguintes disposições:

- i. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, caso disponibilizado o RESULTADO PRELIMINAR DA LICITAÇÃO durante a SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, sob pena de preclusão. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação, ou de lavratura da ata em que registrado o RESULTADO PRELIMINAR DA

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

LICITAÇÃO, ou da ata que inabilitar todos os LICITANTES;

ii. a apreciação dar-se-á em fase única.

16.2. O recurso deverá ser interposto em petição fundamentada, dirigida à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, em fase recursal única, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação do resultado preliminar da LICITAÇÃO.

16.3. Os recursos deverão ser tempestivamente protocolados no endereço eletrônico [●], até às 23h59min (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data final do prazo estabelecido.

16.3.1. Os recursos também poderão ser tempestivamente protocolados no endereço da sede da SPI, na Rua Iaiá, nº 126, 12º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, Núcleo de Apoio Administrativo, em dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

16.4. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO dará ciência do recurso às demais LICITANTES, as quais poderão impugná-lo no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da comunicação da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO via e-mail indicado do representante legal das LICITANTES ou de seus REPRESENTANTES CREDENCIADOS.

16.4.1. O prazo para a apresentação de contrarrazões pelos demais LICITANTES será iniciado a partir da data e horário do envio da comunicação pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

16.5. Os recursos e as contrarrazões aos recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

16.6. O acolhimento do recurso administrativo ou a reconsideração de ofício do ato pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO que importe em situação prejudicial a alguma das LICITANTES reabrirá a fase recursal apenas no tocante à questão nova aduzida.

16.7. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO receberá somente os recursos administrativos que tenham sido interpostos com a devida fundamentação e com a observância dos requisitos previstos neste EDITAL e na legislação de regência.

17. CONTRATAÇÃO

17.1. O CONTRATO resultante da presente LICITAÇÃO será celebrado entre o PODER CONCEDENTE, por intermédio da SPI, e a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, constituída pela ADJUDICATÁRIA, com interveniência-anuência da ARTESP.

17.2. Em cumprimento ao disposto na Resolução n. 11/2021 e na Resolução n. 07/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a CONCESSIONÁRIA deverá assinar, juntamente com o instrumento contratual, o Termo de Ciência e de Notificação, conforme ANEXO I.C.

17.3. Em atendimento ao artigo 6º da Lei Estadual n. 12.799/08, a assinatura do instrumento contratual fica vinculada à inexistência de inscrição no CADIN Estadual em nome da SOCIEDADE

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, da ADJUDICATÁRIA, ou, no caso de CONSÓRCIO, de todos os seus integrantes.

17.3.1. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual n. 12.799/2008.

17.4. A ADJUDICATÁRIA será convocada, mediante publicação no DOE/SP, para adotar as medidas necessárias à assinatura do CONTRATO, em até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério do PODER CONCEDENTE.

17.4.1. Os prazos intermediários para cumprimento das condições necessárias à assinatura do CONTRATO também poderão ser prorrogados por períodos iguais e sucessivos, a critério do PODER CONCEDENTE.

17.5. A ADJUDICATÁRIA deverá, como condições necessárias a assinatura do CONTRATO:

- i. Comprovar ter constituído a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, apresentando o respectivo instrumento de constituição com a correspondente certidão da JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) e inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- ii. Ter subscrito, integralmente, o capital social da CONCESSIONÁRIA, e comprovar ter integralizado o capital social da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, em moeda corrente nacional, no valor mínimo estabelecido no CONTRATO, devidamente atualizado, nos termos da Cláusula 31.3 do CONTRATO;
- iii. Comprovar ter contratado a GARANTIA DE EXECUÇÃO, no valor mínimo de R\$ [●] ([●]), na DATA BASE, devidamente atualizado, nos termos da Cláusula 3.2 do CONTRATO;
- iv. Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de convocação referida no item 17.4, comprovar perante o PODER CONCEDENTE a experiência específica na OPERAÇÃO de sistema de transporte público de passageiros urbano ou metropolitano, com tecnologia de metrô leve (monotrilho, VLT), de metrô ou ferroviária, por, no mínimo, 12 (doze) meses consecutivos, com média de entradas de pelo menos 102.000 (cento e dois mil) passageiros por dia útil, podendo comprová-la por meio de experiência detida pela ADJUDICATÁRIA; ou por profissional a ela vinculado nos termos dos itens 13.18.7, 13.18.8 e 13.18.9 deste EDITAL; ou por empresa controlada, controladora, coligada e/ou empresas sob CONTROLE comum da ADJUDICATÁRIA; ou por empresa matriz estrangeira de filial brasileira, ou pelo OPERADOR SUBCONTRATADO.
 - a. Caso a comprovação seja feita por OPERADOR SUBCONTRATADO, deverão ser observadas as condições previstas na minuta do CONTRATO para sua contratação, admitindo-se, em qualquer das hipóteses, a soma de atestados para a comprovação do quantitativo de entrada de passageiros exigido, desde que pelo menos um dos atestados apresente 50% (cinquenta por

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

cento) do quantitativo exigido, e que todos observem o período mínimo de 12 (doze) meses consecutivos de experiência. Para a comprovação aqui exigida, para a ADJUDICATÁRIA ou para o OPERADOR SUBCONTRATADO, serão aplicáveis os mesmos termos e condições previstas nos itens 8.10 e 13.25.

- b. A ADJUDICATÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, no prazo indicado no item iv acima, (a) a via original ou cópia autenticada do contrato celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e o OPERADOR SUBCONTRATADO, observadas as condições exigidas pelo CONTRATO relativamente ao instrumento que vincular a CONCESSIONÁRIA e o OPERADOR SUBCONTRATADO, ou (b) compromisso firme, assinado pelo OPERADOR SUBCONTRATADO, de que o contrato referido no item anterior será firmado em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE EFICÁCIA, observadas as condições exigidas no do CONTRATO.
 - v. Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de convocação referida no item 17.4, ter comprovado o pagamento devido à B3, na forma prevista no ANEXO II deste EDITAL, no valor de R\$ [●] ([●]), na data base de [●], a ser reajustado anualmente pela variação do IPCA;
 - vi. Em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de convocação referida no item 17.4, ter comprovado o pagamento do valor de USD [●] ([●]) diretamente à *International Finance Corporation* - IFC, encarregado da realização de estudos que subsidiaram a elaboração deste EDITAL, nos termos do artigo 21 da LEI DAS CONCESSÕES, em conta bancária nos Estados Unidos da América, a ser previamente indicada. O pagamento deverá ser realizado em dólares norte-americanos, sendo de responsabilidade da ADJUDICATÁRIA a realização dos procedimentos necessários para a transferência do valor líquido de quaisquer impostos, taxas ou encargos incidentes para a conta indicada; e
 - vii. Indicar o preposto que a representará durante o período da CONCESSÃO.
- 17.6. O não atendimento à convocação por parte da ADJUDICATÁRIA para assinatura do CONTRATO, ou sua recusa em assiná-lo no prazo estipulado, sujeitará a infratora às penalidades previstas no item 19, e consequente execução da GARANTIA DA PROPOSTA, sem prejuízo das demais consequências legais.
- 17.7. A superação do prazo de vigência da PROPOSTA COMERCIAL ou do prazo de vigência da GARANTIA DE PROPOSTA não impede a assinatura do CONTRATO, caso a ADJUDICATÁRIA permaneça interessada em fazê-lo, observado o item 11.10.
- 17.8. O PODER CONCEDENTE, em face do não comparecimento da ADJUDICATÁRIA no prazo estipulado, de seu impedimento ou de sua recusa em assinar o CONTRATO, poderá convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, verificando o cumprimento de requisitos de habilitação, para assinar o CONTRATO, em igual prazo e nas mesmas condições da PROPOSTA COMERCIAL vencedora, considerada, se o caso, a fase de lances, ou, ainda, revogar a LICITAÇÃO.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

17.8.1. Na hipótese de nenhuma das LICITANTES remanescentes aceitar a contratação nos termos do item 16.8, o PODER CONCEDENTE, nos termos do art. 90, § 4º, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, poderá:

- i. convocar as LICITANTES remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção da melhor PROPOSTA COMERCIAL, ainda que contenha desconto inferior ao indicado na PROPOSTA COMERCIAL vencedora;
- ii. adjudicar e celebrar o CONTRATO nas condições ofertadas pelas LICITANTES remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição; ou
- iii. revogar a LICITAÇÃO.

17.9. Após a assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, durante toda a sua execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta LICITAÇÃO, que forem necessárias à assunção e à continuidade da prestação dos SERVIÇOS, nos termos do artigo 27 da LEI DAS CONCESSÕES.

17.9.1. Por conta e risco da ADJUDICATÁRIA, mesmo antes da assinatura do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá autorizar o seu acesso à ÁREA DA CONCESSÃO, bem como poderá providenciar informações correlatas, para o início da elaboração do seu planejamento.

18. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

18.1. A ADJUDICATÁRIA deverá se constituir em uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO de acordo com o regramento estabelecido neste EDITAL e no CONTRATO, sob a forma de sociedade anônima, constituída de acordo com a lei brasileira, com a finalidade exclusiva de prestar os SERVIÇOS, executar INVESTIMENTOS e realizar as demais atividades objeto da CONCESSÃO.

18.1.1. Caberá à SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO a execução de todas as obrigações contratuais a ela atribuídas na CONCESSÃO, podendo subcontratar terceiros, sob sua responsabilidade.

18.1.2. A SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO deverá ter sede e foro no Estado de São Paulo.

18.1.3. Caso a ADJUDICATÁRIA seja uma LICITANTE individual, antes da celebração do CONTRATO, para atender ao disposto no item 18.1, deverá criar subsidiária integral para figurar como CONCESSIONÁRIA, mantendo o controle acionário pré-existente à constituição da empresa, e observando a obrigação de constituição da SPE sob a forma de sociedade por ações.

18.1.4. A ADJUDICATÁRIA poderá ainda constituir sociedade de propósito específico, que será

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

sua subsidiária integral, com o objetivo de ser a única controladora da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO a ser contratada.

- 18.2. A SPE deverá adotar padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS, nas normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nas Interpretações, Orientações e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em particular, da Interpretação Técnica ICPC 01 – contratos de concessão (correlação à Norma Internacional de Contabilidade – IFRIC 12).
- 18.3. Caso a ADJUDICATÁRIA seja CONSÓRCIO, a participação de cada consorciada no capital social da SPE deverá, no momento da celebração do CONTRATO, ser idêntica à sua respectiva participação no CONSÓRCIO apresentado no momento da LICITAÇÃO.
- 18.4. Será admitida a constituição de sociedades intermediárias entre as consorciadas e a SPE, desde que sejam compostas, exclusivamente, pelas consorciadas, e que a participação indireta de cada consorciada no capital social da SPE reflita o percentual de sua participação no CONSÓRCIO durante a LICITAÇÃO.
- 18.5. A participação de capitais não nacionais na CONCESSIONÁRIA obedecerá à legislação brasileira em vigor.

19. DAS PENALIDADES

- 19.1. A LICITANTE que deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento do certame ou não mantiver a PROPOSTA COMERCIAL, será aplicada uma das seguintes penalidades:
- i. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - ii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando a natureza das condutas previstas no item 19.1 não justificar a aplicação da penalidade mais branda prevista no inciso i acima.
- 19.2. Será aplicada à LICITANTE que prestar declaração ou apresentar documentação falsa, fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos visando à frustração do objeto da licitação ou praticar quaisquer atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 19.3. As penalidades previstas nos itens 19.1 e 19.2 poderão ser cumuladas com a aplicação de multa no montante de até 1% (um por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, podendo ser executada a GARANTIA DE PROPOSTA para essa finalidade e observando os seguintes critérios de aplicação da multa:

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- i. caso configurados quaisquer eventos do item 19.1 e decidida pela aplicação da penalidade nos termos do item 19.1, i, a aplicação de multa deverá ser realizada no montante de até 0,5% (cinco décimos por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, a depender da relevância da obrigação inadimplida; ou
 - ii. caso configurados quaisquer eventos do item 19.1 e decidida pela aplicação da penalidade nos termos do item 19.1, ii, a aplicação de multa deverá ser realizada no montante de até 1 % (um por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, a depender da relevância da obrigação inadimplida; ou
 - iii. caso configurados quaisquer eventos do item 19.2, a aplicação de multa deverá ser realizada no montante de 0,5% (cinco décimos por cento) até 1% (um por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, a depender da relevância da obrigação inadimplida.
- 19.4. A recusa em assinar CONTRATO, sem justificativa aceita pelo PODER CONCEDENTE, dentro do prazo estabelecido, acarretará à ADJUDICATÁRIA empresa individual, ou, no caso de CONSÓRCIO, a todas as empresas consorciadas, a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis)anos, sem prejuízo da aplicação de multa de 1% (um por cento) do valor do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, podendo ser executada a GARANTIA DE PROPOSTA para esta finalidade.
- 19.5. A prática de quaisquer atos visando frustrar e/ou tumultuar o presente certame, observado o disposto neste EDITAL, também acarretará, a critério do DIRETOR DA SESSÃO, multa no mesmo montante fixado do item 19.4, podendo ser executada a GARANTIA DE PROPOSTA para assegurar o recebimento do valor da penalidade.
- 19.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 19.6.1. O recurso de que trata o item 19.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
 - 19.6.2. Da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. As normas disciplinadoras desta LICITAÇÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as LICITANTES, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE

- 20.2. Toda a documentação fornecida pelo PODER CONCEDENTE às LICITANTES somente poderá ser utilizada por estas para apresentação de suas PROPOSTAS COMERCIAIS, sendo vedada a sua reprodução, divulgação e utilização, total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos nesta LICITAÇÃO, sob pena de responder pelo uso indevido destes documentos.
- 20.3. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, revogar, adiar ou mesmo anular esta LICITAÇÃO, nos termos da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, sem que caiba direito à indenização ou ao reembolso de despesa dos LICITANTES, a qualquer título.
- 20.3.1. A nulidade da LICITAÇÃO implica a nulidade do CONTRATO, caso este já tenha sido assinado, sendo o eventual direito à indenização da CONCESSIONÁRIA regulado nos termos do CONTRATO.
- 20.4. No interesse do PODER CONCEDENTE, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- 20.4.1. Adiada a SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, assim como a SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS;
- 20.4.2. Alterado o EDITAL, com fixação de novo prazo, nos termos da legislação específica, para a realização da LICITAÇÃO;
- 20.4.3. Suspensa a SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES ou SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, caso a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO entenda pertinente, para que se possa proceder a uma avaliação mais detida e minuciosa de todos os documentos recebidos, divulgando-se o resultado da análise no DOE/SP, no sítio eletrônico <https://www.parceriasinvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/tic-sorocaba/>, e realizando-se, se pertinente, nova SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DOS ENVELOPES ou SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS para continuidade do certame.
- 20.5. A qualquer tempo, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO poderá, de acordo com a fase da LICITAÇÃO, desclassificar ou inabilitar a LICITANTE, sem que a esta caiba direito a indenização ou reembolso de despesa a qualquer título, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade, mediante a declaração de inidoneidade, ou quando restar demonstrada a perda superveniente de alguma das condições de participação na LICITAÇÃO ou de qualquer das CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO.
- 20.6. As LICITANTES ficam obrigadas a comunicar ao PODER CONCEDENTE, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ou classificação, ou que represente violação às condições de participação previstas no EDITAL, imediatamente após sua ocorrência.
- 20.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da LICITAÇÃO, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.



**PROCESSO SPI nº 021.00000700/2025-68
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 02/2025
PPP TIC EIXO OESTE**

São Paulo, [●] de [●] de 2025.

SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO